

EXTRA
CLASSE.ORG.BR
ANO 25 | Nº 243 | MAIO DE 2020

Foto: Igor Sperotto

A periferia luta sozinha contra a pandemia

Sem apoio do Estado e sem condições concretas de cumprir com as práticas de isolamento, as próprias comunidades se organizam para combater a fome e a proliferação do vírus

04 ENTREVISTA

A médica sanitária Lucia Souto destaca a importância de se fortalecer o Sistema Único de Saúde.

08 EDUCAÇÃO

Precariedade da rede pública fica evidenciada diante da necessidade de aulas a distância.

11 WEISSHEIMER

Militares, Moro e Bolsonaro mergulham o país em uma tempestade política em plena pandemia.

12 ECONOMIA

Arrecadação baixa, quarentena e seca agravam a crise econômica do Rio Grande do Sul.

14 ESPECIAL

Periferia de Porto Alegre, assim como ocorre no resto do país, luta por si contra a pandemia.

17 ENSINO PRIVADO

Procuradoria Geral do Estado alega insegurança jurídica ao defender hegemonia no CEEed.

21 ROLIM

Profissionais de saúde enfrentam precariedade e falta de EPIs e alto índice de contaminação.

24 ARTE +

Artistas e técnicos da área da Cultura sofrem com a falta de políticas durante a pandemia.

Disputa civilizatória em meio à pandemia

O país está no auge de uma disputa civilizatória que impõe desafios, entre eles, cogita-se um eventual afastamento do presidente da República. O principal motivo seriam suas atitudes: "cometendo crimes sucessivos contra a saúde pública, provocando caos e confundindo a população brasileira", diz a médica sanitária Lucia Souto. Ela comparece a esta edição por meio de entrevista exclusiva concedida em sua casa, no Rio de Janeiro. Lucia Souto é presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) que – ao lado de instituições como a Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade de Campinas (Unicamp) – foi um dos berços do Sistema Único de Saúde do Brasil, o SUS. Pesquisadora da Fiocruz, ela própria participou da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que influenciou decisivamente no capítulo da Seguridade Social da Constituição de 1988 e garantiu aos cidadãos brasileiros o "direito universal à saúde". Lucia defende a importância do SUS, que agora, devido à Covid-19, vem sendo reconhecido até por quem há pouco o criticava. Ela também esmiúça como políticas de governo que retiram recursos do SUS, como a PEC 95, sufocam o financiamento do sistema em todo o país.

EDUCAÇÃO – Após a suspensão das aulas, em 19 de março, a Secretaria Estadual de Educação informou que caberia a cada escola decidir a melhor maneira de prosseguir com as atividades, conforme suas condições. As "aulas programadas", segundo o governo, "estão disponibilizadas de modo que todos tenham acesso, seja por mensagens de WhatsApp ou Facebook, compartilhamento de arquivos de áudio e vídeo, por e-mail, por salas virtuais, ou

até mesmo pela entrega de materiais didáticos nas áreas rurais do estado". Esta garantia de acesso, no entanto, existe apenas na cabeça dos gestores do governo do estado. É o que mostra nossa reportagem.

ECONOMIA – Passaram-se pouco mais de dois meses do registro do primeiro caso de coronavírus no Brasil, e com o indicativo de que o RS ainda tem dias difíceis a enfrentar, maximizados pela estiagem e pela chegada do inverno, há uma certeza em relação aos efeitos da pandemia para além das vidas perdidas e da ameaça de colapso no sistema de Saúde: o de que ela já derrubou a economia.

PERIFERIA – Em Porto Alegre, a reportagem do Extra Classe acompanhou o esforço de lideranças populares nas maiores concentrações periféricas da capital e mostra como a mobilização, a solidariedade e o voluntarismo salvaram centenas de vidas – apesar da falta de apoio dos governos.

MOVIMENTO – Nossa reportagem apurou que mais de 2 mil trabalhadores da Saúde estejam com os sintomas e/ou com os testes positivados para coronavírus

na região Metropolitana da capital do estado. A entidade representa em torno de 70 mil trabalhadores na Saúde de Porto Alegre e região Metropolitana, entre técnicos de enfermagem, nutrição, higienização, manutenção, administrativos, entre outros, em hospitais e clínicas.

Esses destaques somados a muitos outros conteúdos desta edição retomam o formato impresso do *Jornal Extra Classe*, que devido à pandemia circulou apenas em versão digital no mês de abril. Confira também: Verissimo, Marco Weissheimer, Marcos Rolim, Fraga, Santiago, Rafael Corrêa e Edgar Vasques.



A periferia luta sozinha contra a pandemia

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Fernanda Wenzel, Flavia Benfica, Flavio Ilha, Marcelo Menna Barreto, Marcia Anita dos Santos, Matheus Chaparini e Richard Serraria

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclass

Caetano 4 x 0 Olavo

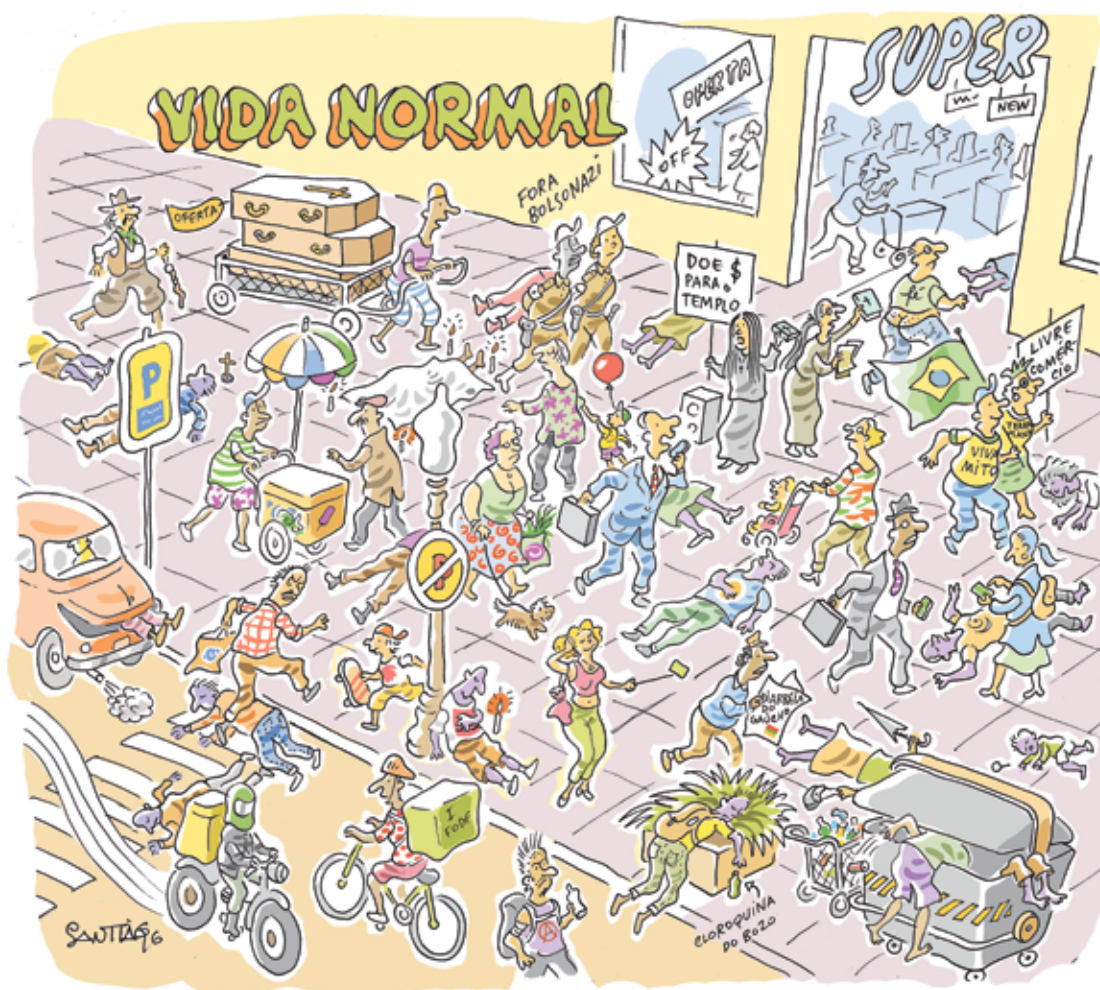
A 50ª Vara Cível do Rio de Janeiro negou recurso pedido pela defesa do astrólogo, guru terraplanista, dublê de Rasputin da família Bolsonaro, autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. A ação envolve o influenciador digital do negacionismo científico e o cantor e compositor Caetano Veloso. A defesa de Olavo tentava escapar da multa de 2,8 milhões a ser pagas a Caê. Tudo começou em 2017, quando Olavo de Carvalho passou a usar seus perfis em redes sociais para publicar *fake news* relacionando o cantor a casos de pedofilia. Nas quatro decisões judiciais publicadas até agora, Caetano venceu todas.

Agressor identificado

Foi identificado o homem que agrediu verbalmente e cuspiu em enfermeiras na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 1º maio. O agressor se chama Renan da Silva Sena, funcionário terceirizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alves. Ele é analista de projetos do setor socioeducativo, mas não aparece nem exerce suas atividades no Ministério desde de março. Ministério alega que foi exonerado. Também atua como missionário da Igreja Batista Vale do Amanhecer. Ele foi contratado pela empresa G4F Soluções Corporativas Ltda, que tem um contrato com o Ministério no valor de R\$ 20 milhões de prestação serviços.

Os 300 do Reich

Ex-secretária de Damares Alves no MMFDH, Sara Winter, 27 anos, é uma das organizadoras do acampamento intitulado 300 do Brasil, cujas barracas teriam sido patrocinadas pela Havan, segundo o dep. Alexandre Frota. O movimento resultou em agressão e espancamento de jornalistas do *Estadão*, no dia 3 de maio. A hoje ativista bolsonarista radical já foi ligada à organização feminista ucraniana Femen. Winter também é apontada nas redes sociais como simpatizante nazista. O nome adotado por ela é homônimo ao de uma ativista nazifascista britânica que viveu entre 1870 e 1944. Ela afirma seguir orientações de Olavo de Carvalho.



Moro e as relações da PF com o FBI

A agência Pública (apublica.org) de jornalismo, após analisar documentos oficiais durante meses, publicou no início de maio uma reportagem que revela a ocorrência de reuniões do alto escalão do Ministério da Justiça e da Polícia Federal com o FBI (polícia federal norte-americana) em que firmaram apoio a uma unidade de vigilância na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil Paraguai) e o compartilhamento de dados biométricos de cidadãos dos dois países.

De acordo com a reportagem, o ex-juiz da Lava Jato, Sergio Moro, que deixou o Ministério da Justiça clamando pela “independência da Polícia Federal (PF)” nos seus 16 meses à frente do Ministério, a “independência” não foi bem assim. A análise dos documentos mostra uma inclinação bem diferente – pelo menos no que diz respeito à influência do FBI sobre a polícia brasileira.

Conforme reportagem assinada pela jornalista Natália Viana, ao assumir o Ministério da Justiça, o ex-juiz Sergio Moro e o ex-diretor da PF Maurício Valeixo assinaram acordos com o FBI, ampliando a influência americana em diferentes áreas, incluindo a presença dos agentes estrangeiros em um centro de inteligência na fronteira.

No final de 2019, o escritório do FBI no Brasil teria pedido um volume maior de recursos ao governo americano para ampliar sua equipe e atender a mais pedidos de cooperação internacional de investigações no país.

A aproximação de Moro com o FBI vai além. Quando tirou uma licença não remunerada de cinco dias em julho do ano passado, pouco depois da publica-

ção dos documentos da Vaza Jato pelo site *The Intercept*, há indícios de que o ex-ministro tenha se reunido com o FBI em Washington, segundo documentos obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). Cinco dias depois, o *hacker* Walter Delgatti foi preso pela PF e admitiu ter hackeado os telefones de promotores da Vaza Jato. Procurado pela repórter, o ex-ministro Sergio Moro não respondeu aos questionamentos.

É proibido ao FBI realizar investigações em territórios estrangeiros – inclusive no Brasil – porque a polícia americana não tem jurisdição no país.

A presença dos agentes do FBI no Brasil foi revelada em 2004, quando o ex-diretor do FBI no Brasil, Carlos Costa, deu uma extensa entrevista ao jornalista Bob Fernandes na revista *Carta Capital*. Em depoimento ao MPF na época, ele afirmou que o FBI direcionava e financiava operações da PF, o que estabelecia uma relação de “subordinação às autoridades norte-americanas”.



Saúde e democracia precisam andar juntas



Foto: Marcelo Menna Barreto



Foto: Daniel Spinn Reynaldo/Conselho Estadual de Saúde RJ

por Marcelo Menna Barreto

A médica sanitária Lucia Souto é presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) que – ao lado de instituições como a Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade de Campinas (Unicamp) – foi um dos berços do Sistema Único de Saúde do Brasil, o SUS. Pesquisadora da Fiocruz, ela própria participou da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que influenciou decisivamente no capítulo da Seguridade Social da Constituição de 1988 e garantiu aos cidadãos brasileiros o “direito universal à saúde”. Nessa entrevista ao *Extra Classe*, Lucia fala da importância do SUS – agora, devido à Covid-19, reconhecido até por quem há pouco o criticava e sobre políticas de governo como a Emenda Constitucional 95 (PEC 95), que sufoca o financiamento do sistema. Lucia afirma que o país está no auge de uma disputa civilizatória tão grande que impõe desafios, entre eles, o possível afastamento do presidente da República que vem, “com suas atitudes, cometendo crimes sucessivos contra a saúde pública, provocando caos e confundindo a população brasileira”

Extra Classe – A Covid-19 evidenciou a importância de um sistema público de saúde universal. Os Estados Unidos são um exemplo negativo por não possuírem um e protagonizarem um alto índice de mortalidade na pandemia. A senhora acredita que o SUS se fortaleceu?

Lucia Souto – Acredito que sim, pois o fato do Brasil dispor de um sistema universal de saúde, fruto de muita luta da população brasileira, é sem dúvida um diferencial a nosso favor. É bom lembrar que cerca de 80% da população brasileira não tem plano ou seguro saúde, só isso já demonstra a magnitude do SUS para nosso país. Nesse momento crítico em que vivemos é que podemos sentir na pele o peso do desmonte do SUS pelo seu desfinanciamento agravado ainda mais com a Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos.

EC – Onde dá para perceber nitidamente esse fortalecimento?

Lucia – É digno de nota que até órgãos da mídia, que sempre bateram no SUS, fizeram editoriais dizendo que saúde é algo estratégico para o país. Sem dúvida, fica muito visível, nesse momento, o reconhecimento da importância da saúde pública. Estamos vendo esse reconhecimento em manifestações de apoio da população – são aplausos, gestos de apoio e solidariedade, que mostram que o SUS está ganhando admiração, corações e mentes de toda população.

EC – O que mais dá para dizer sobre esse fortalecimento que a senhora percebe?

Lucia – Acredito que ficou notória a inteligência coletiva desse sistema (SUS), a competência de profissionais formados ao longo de anos de trabalho – o que não se improvisa do dia pra noite. Uma multidão de pesquisadores da área pública da pesquisa de ponta passa a ter nome e sobrenome e emocionam pela dedicação e responsabilidade. A importância de instituições como a Fundação Oswaldo Cruz, que este ano celebra 120 anos, se agiganta.

EC – Henrique Mandetta, em seu discurso de despedida pós-demis-

são do cargo de ministro da Saúde por Bolsonaro, fez uma forte defesa e elogios ao SUS. Só que, para muitos, ele entrou para o governo com uma missão anti-SUS. Como a senhora percebe essa dicotomia?

Lucia – De fato, essa é uma constatação que demonstra que, mesmo tendo apoiado o projeto neoliberal de cortes de gastos públicos que ampliaram o desfinanciamento e desmonte do SUS, o ex-ministro Mandetta, na hora da crise sanitária da Covid-19, teve que, no sufoco, reconhecer o papel crucial da existência de um sistema universal de saúde. Em todas as entrevistas coletivas realizadas, ele e sua equipe vestiam coletes do SUS, imagem que mostra esse paradoxo.

EC – Ou seja, na hora do aperto, Mandetta passou a dar a real importância?

Lucia – É bom lembrar que o ex-ministro apoiou a emenda do teto dos gastos que congelou por 20 anos recursos públicos, particularmente da saúde e da educação, com impactos devastadores sobre o desmonte do SUS. Em 2020, R\$ 20 bilhões deixaram de ser aportados à saúde em consequência da EC 95. Para o combate à Covid-19, até 14 de abril, entraram apenas R\$ 13 bilhões de recursos novos. Um montante irrisório diante da proposta do Conselho Nacional de Saúde de R\$ 42,5 bilhões emergenciais para o SUS. Enfim, na hora da crise sanitária, o SUS volta cosmeticamente à cena.

EC – Como a senhora viu a chegada do novo ministro da Saúde, Nelson Teich?

Lucia – Com a nomeação do novo ministro, representante do setor privado, sem nenhuma experiência pública, prevalece o sentimento de incerteza e alarme. O governo radicaliza a tensão entre estratégias do isolamento social, preconizadas pela OMS, e a verticalização. Cria assim um cenário preocupante diante da ascensão da curva dos casos da Covid-19, colapso da atenção à saúde e de leitos de cuidados intensivos em várias regiões do país. O custo social já é catastrófico como o cenário de Manaus, onde o isolamento social não foi adotado e os mortos

são amontoados nas funerárias em colapso. Cenário que já se anuncia em outras cidades brasileiras.

EC – O que fazer nesse cenário?

Lucia – Para além da defesa do SUS, temos hoje um desafio político estratégico que é o afastamento do presidente da República que vem, com suas atitudes, cometendo crimes sucessivos contra a saúde pública, provocando caos e confundindo a população brasileira ao insistir na tecla da economia não pode parar. Estimula o fim do isolamento social, não coloca recursos necessários no SUS, não contrata profissionais de saúde, não induz a fabricação de insumos como equipamentos de proteção individual e respiradores. No lugar da proteção da vida de nosso povo, pratica uma política genocida. Na dimensão econômica e social não operacionaliza medidas como renda básica, cujo valor inicial proposto pelo governo era de R\$ 200, ampliada por pressão das oposições para R\$ 600, podendo chegar a R\$ 1.200. Essa lentidão retira da maioria da população condições de praticar o isolamento social. Os governos dos estados já estimam perdas em mais de R\$ 40 bilhões de arrecadação e precisam de recursos retidos pelo governo federal.

EC – Voltando ao SUS, o sistema de Saúde público brasileiro é um dos maiores sistemas do mundo. Mas, o investimento insuficiente do Estado – como a senhora já antecipou – tem inviabilizado o atendimento aos mais de 150 milhões de brasileiros que dependem de assistência pública. O discurso é o de sempre: “Não cabe no orçamento”. O que dizer mais sobre isto?

Lucia – Esse “não cabe no orçamento” é uma das mentiras difundidas pelos defensores do dito Estado mínimo. Mínimo, diga-se de passagem, para a esmagadora maioria da população e máximo para menos de 1% de bilionários. O Brasil ocupa o segundo lugar entre os países mais desiguais do planeta, uma desigualdade ancestral oriunda de sua matriz escravocrata. Todo o momento que o país experimentou projetos de ínfima distribuição de renda foi alvo de golpes contra

a soberania popular por uma elite escravocrata. Um pacto antipopular formado desde o início do século 20 quando do nascimento do capitalismo moderno entre nós.

EC – Mas isso não seria um flagrante desrespeito à Constituição?

Lucia – Sim. As conquistas sociais da Constituição de 1988 e o espírito dela foram desde a promulgação da Constituição Cidadã confrontadas pelas elites dos endinheirados, cujo projeto ultraneoliberal sempre considerou a Constituição insustentável com o argumento de que os direitos sociais não cabiam no orçamento. Na verdade, a incompatibilidade do projeto ultraneoliberal com a democracia é inerente. Os reiterados golpes contra a democracia têm adquirido novas formas como o atualizado pelo conceito de guerra indireta, guerra híbrida sempre com o objetivo central: a usurpação da soberania popular, esvaziamento da esfera pública e apropriação do orçamento público por menos de 1% de bilionários. Um projeto predatório que vem conduzindo a humanidade a crises de grandes proporções: crise ambiental, econômica, social e política com aumento abissal das desigualdades sociais e crescente concentração de riqueza.

EC – O coronavírus, sendo um vírus, portanto alheio a conceitos econômicos e ideologias políticas, coloca em xeque o neoliberalismo econômico?

Lucia – O momento que atravessamos, uma crise sem precedentes com pelo menos três dimensões – sanitária, econômico/social e política – da Covid-19, expõe radicalmente a falência desse projeto. A hipocrisia neoliberal está desnudada. Vários países, muitos com governos com agenda ultraneoliberal, hoje afirmam a defesa de sistemas públicos de saúde e aplicam robustas medidas de proteção social. Na verdade, o que não cabe no orçamento é expropriação da riqueza produzida por toda a sociedade por menos de 1% de bilionários. O enfrentamento da desigualdade abissal é hoje uma agenda obrigatória. Vários estudos mostram que políticas de direitos universais de cidadania como saúde são estratégicas para redução

das desigualdades. Na verdade, nesse momento de emergência, há uma disputa de projetos entre a civilização ou barbárie. Nesse processo da Covid-19 cresce a consciência de que não há saídas individuais e que a palavra-chave é solidariedade, a construção de políticas robustas de bem-estar social.

EC – Por que setores da imprensa batem no SUS?

Lucia – Com o sucateamento, as necessidades de saúde da população não são atendidas, criando o terreno fértil para o ataque ao sistema público e elogios à privatização da saúde. Além do desfinanciamento provocado pela EC 95, a atuação do lobby da saúde está presente em projetos como a precarização do trabalho dos profissionais de saúde, contrarreformas trabalhista e da previdência, o desmonte de programas como Mais Médicos, a desestruturação da atenção básica e das redes de atenção, da política nacional de saúde da população negra, da saúde indígena, populações quilombolas, enfim, o sucateamento do sistema como um todo.

EC – Em resumo, qual o resultado disso?

Lucia – Torna-se invisível a presença do SUS na vida diária de nossa população. Desde a vigilância em saúde sobre alimentos, a vacinação e os procedimentos de alta complexidade como transplantes. O tratamento de doenças como câncer, Aids, tuberculose, diabetes e hipertensão. Enfim, o SUS, que está no nosso dia a dia, sem dúvida é um bem público estratégico da sociedade brasileira.

EC – A senhora falou do lobby da saúde. Vamos falar um pouco mais sobre ele?

Lucia – O Congresso aprovou a EC 95, do teto dos gastos, que, ao desfinanciar o SUS, ampliou o movimento de privatização e o tratamento da saúde como mercadoria, e o mercado de planos de saúde é, historicamente, subsidiado pelo Estado (Nota da Redação: por distintos instrumentos de renúncia fiscal). Em 2015, por exemplo, os subsídios chegaram a R\$ 12,5 bilhões. Recursos retirados do SUS,

que representavam um terço do orçamento do Ministério da Saúde. Esses subsídios ficaram fora de qualquer ajuste fiscal, pois os gastos indiretos, como desonerações, não entram no ajuste fiscal.

EC – O gargalo está nos procedimentos mais complexos, como exames, internações e cirurgias ou também no atendimento básico?

Lucia – O desfinanciamento do SUS atingiu o sistema como um todo, da atenção básica à alta complexidade. O projeto do SUS com seus princípios de universalidade, integralidade, equidade, participação comunitária pressupõe uma rede de atenção que integre e articule todos os níveis de atenção e complexidade. O desmantelamento do sistema tem sido transversal. A atenção básica – que atua com base na comunidade, família e território – teria uma capilaridade decisiva para uma vigilância em saúde com participação popular decisiva para prevenção, promoção e cuidados, especialmente valiosa em momentos de epidemias como o que enfrentamos no momento. Os níveis de maior complexidade também foram drasticamente afetados pelo desfinanciamento, leitos públicos de alta complexidade foram desativados. Esse quadro é agravado diante de uma pandemia como a Covid-19, com casos clínicos graves que demandam cuidados intensivos. A incapacidade de um planejamento prévio para dar conta de uma situação já prevista torna esse desfinanciamento crítico.

EC – Qual a saída?

Lucia – A saída para esse desmonte do SUS em todos os níveis de complexidade necessita de investimentos emergenciais de, pelo menos, R\$ 42,5 bilhões para implementar as redes de atenção, os territórios integrados de atenção à saúde com recursos dimensionados de acordo com as necessidades de saúde da população.

EC – Mas, como?

Lucia – Colocar como eixo central a defesa de vidas de nossa população. Respeito à Constituição que consagra a saúde como direito de cidadania e não mercadoria e negó-

cio. Retomar o espírito de 1988 para, no período pós-pandemia, consolidarmos um estado de bem-estar social. Financiamento, retomada da cooperação entre entes federados e cooperação internacional. Fortalecimento e respeito à determinação constitucional da participação popular e do controle social. Um dos lemas históricos do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e Saúde é democracia. Mais do que nunca nesse momento de grave ameaça à democracia reafirmamos esse lema: Saúde é democracia.

EC – Para a senhora, quais os desafios do SUS pós-pandemia?

Lucia – Os desafios dizem respeito ao seu financiamento, sua afirmação como bem público da sociedade brasileira e eixo de um projeto de bem-estar social de políticas universais de direitos sociais. Compreender a importância estratégica do setor Saúde não apenas para garantir uma população saudável, como também como peça indispensável da engrenagem do desenvolvimento nacional soberano e sustentável. O estímulo ao complexo econômico industrial da saúde, por exemplo, pode gerar milhões de empregos e promover a soberania e segurança sanitária. Na pós-pandemia acredito que estaremos vivendo muitas mudanças. Teremos como agenda obrigatória projetos de desenvolvimento solidários com a constatação de que não há saídas individuais, mas coletivas e solidárias, desenvolvimento de políticas de redução das desigualdades abissais, fortalecimento dos sistemas universais de saúde, instituição de políticas de bem-estar social e adoção de políticas de renda básica universal. Cooperação internacional com a saúde pública como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento.

EC – Somos dependentes de países estrangeiros para insumos de saúde. Como o Brasil pode ter segurança e soberania sanitária?

Lucia – Quando se fala em soberania e segurança sanitária, vamos pensar em alguns fatos que chamaram a atenção no desenrolar da pandemia da Covid-19: em 15 de março de 2020, o jornal alemão *Welt am Sonntag* publicou que o presi-



Foto: Marcelo Menna Barreto

Vários países, muitos com governos com agenda ultraneoliberal, hoje afirmam a defesa de sistemas públicos de saúde

dente Trump ofereceu US\$ 1 bilhão para uma empresa alemã por uma potencial vacina contra o vírus, querendo garantir sua exclusividade aos Estados Unidos. Outro dia saiu uma matéria no *Valor Econômico* dizendo que as medidas adotadas pela Índia afetariam a fabricação de medicamentos no Brasil. Todos ficaram sabendo que os Estados Unidos compravam suprimentos (máscaras e respiradores) da China atravessando compras e contratos de outros países. Não ser refém de interesses externos e ser capaz de atender as demandas em saúde da população brasileira é o que entendemos por soberania e segurança sanitária.

EC – Além dos empregos, o que mais essa indústria pode proporcionar?

Lucia – Os dados que temos são estudos que mostram que o multiplicador do gasto em saúde no Brasil é de 1,7, ou seja, cada real de gasto em saúde gera R\$ 1,7 a mais no PIB. No que diz respeito especificamente ao complexo econômico industrial da saúde, a gente se refere a todas as indústrias de medicamentos, equipamentos médicos e tudo aquilo necessário ao provimento da saúde à população. Muitas dessas indústrias estão na fronteira tecnológica e podem impulsionar um processo de desenvolvimento reduzindo nossas diferenças para os países centrais. Outras, ainda que não tão avançadas, garantem acesso a tratamentos e diagnósticos que muitas vezes podem não estar disponíveis de acordo com as necessidades da população.

Sistemas de ensino devem reorganizar ano letivo, diz CNE

Diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação orientam estados, municípios e escolas sobre as práticas que devem ser adotadas durante a pandemia e propõem normas nacionais

Estados e municípios devem buscar alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos, a fim de permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto dura a situação de emergência em virtude da pandemia do novo coronavírus. A orientação é do Conselho Nacional de Educação (CNE) e integra as diretrizes aprovadas em plenário virtual pelos 21 conselheiros, no dia 28 de abril, que visam orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus. O Conselho reitera que aulas e atividades não presenciais sejam validadas como carga horária. Leia a íntegra em extraclasse.org.br.

Foto: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Divulgação



POLÍTICA

Governo inclui GHC e Trensurb na lista de privatizações

Economia, de Paulo Guedes, divulga plano emergencial a pretexto dos impactos da pandemia e projeta faturamento de R\$ 150 bilhões com a venda de 300 ativos.



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

COLONISTA WEB

Moisés Mendes: quem tem medo dos garotos de Bolsonaro?

Eles decidem tudo em família, como nas dinastias. Afrontam Congresso, Supremo, inimigos, ex-aliados e imprensa, mas nenhuma instituição consegue pegá-los.



Foto: reprodução/Twitter Eduardo Bolsonaro



ACREDITE NOS SEUS SONHOS.

Renda para o futuro que você merece.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO

FUNDACÃO **FAMÍLIA**
PREVIDÊNCIA



Foto: Igor Sperotto



Foto: Anna-lena Menna Barreto



Foto: Igor Sperotto

No ensino público, aulas a distância são na base da folhinha

por Fernanda Wenzel

Na casa de Samantha Nassif, a rotina segue intensa apesar da quarentena. Os três filhos — de cinco, 12 e 16 anos — acordam cedo para ter aulas on-line pelo computador ou smartphone. “Todo mundo acorda no horário de sempre. Eles começam a assistir às aulas e eu vou trabalhar no home office”, conta. O mesmo acontece na casa de Milene Wainberg, mãe de uma menina de sete e de um adolescente de 14 anos. Eles recebem todo material pelo Google Classroom e têm aulas diárias pelo Zoom, um programa de reuniões on-line por meio de vídeo. “É como se eles estivessem em aula mesmo”. Os filhos de Nassif e Wainberg estudam nos colégios particulares Leonardo da Vinci Beta e Israelita, de Porto Alegre, que rapidamente se adaptaram às novas condições de ensino impostas pela pandemia. Uma realidade muito diferente daquela enfrentada pelas escolas públicas do Rio Grande do Sul, onde o “ensino a distância”, quando muito, se resume a algumas folhinhas de exercício enviadas pelo WhatsApp

Quando as aulas da rede estadual foram suspensas, em 19 de março, a Secretaria Estadual de Educação informou que caberia a cada escola decidir a melhor maneira de prosseguir com as atividades, conforme suas condições. As "aulas programadas", segundo o governo, "estão disponibilizadas de modo que todos tenham acesso, seja por men-

sagens de *WhatsApp* ou *Facebook*, compartilhamento de arquivos de áudio e vídeo, por *e-mail*, por salas virtuais, ou até mesmo pela entrega de materiais didáticos nas áreas rurais do estado".

Esta garantia de acesso, no entanto, existe apenas na cabeça dos gestores do governo do estado. "Não sei se o material está chegando a todo mundo", afirma Jorge

Luiz Santos de Souza, professor de Geografia na Escola Estadual Adonis dos Santos, de Viamão, que manda atividades para seus alunos pelo *Facebook*. "Tu imagina, meus alunos da Vila Martinica, aqui em Viamão. Alguns têm um aparelho celular, mas boa parte não tem nada", conta. Ele próprio está tendo dificuldade para trabalhar de casa: "A Secretaria de Educação mandou

um aplicativo que é tipo um caderno de chamada virtual, mas no meu celularzinho eu não consigo abrir". Para piorar, Souza só entrou em sala de aula uma vez este ano, já que o início do semestre atrasou por causa da greve do magistério. "Os alunos nem me conhecem, e agora estão recebendo a matéria sem nenhuma explicação. O efeito é desastroso, isso é antididático".

Periferia e interior têm problemas parecidos

O desafio de quem trabalha com alunos da periferia é parecido com o enfrentado pelos educadores no interior do Rio Grande do Sul. Milton Volnei Bobsin é diretor de uma pequena escola estadual de campo em Itati, no Litoral Norte. Para manter as atividades durante a quarentena, os estudantes foram autorizados a levar os livros didáticos para casa. As crianças menores, que ainda não têm livros, receberam folhinhas de exercícios preparadas às pressas pelos professores. O contato para tirar dúvidas é feito por grupos de *WhatsApp*. "Mas em muitas casas o celular não pega. Imagina, aqui nós estamos no interior do inte-

rior", diz Bobsin.

Na outra ponta do problema, nas residências dos estudantes em distanciamento social, também são inúmeras as dificuldades. Henrique, de oito anos, estava recebendo as atividades da escola no formato de folhas de exercício preparadas pelos professores e enviadas pelo *WhatsApp*. Como não tem impressora, a mãe Marília Filippelli tinha que copiar tudo a mão para o papel. Os livros didáticos de Henrique – os mesmos que a escola de Itati permitiu que as crianças levassem para casa – ficaram na Escola Estadual Imperatriz Leopoldina, do bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Para piorar, o menino não recebeu nenhuma nova tarefa desde o dia 6 de abril. "Estou tendo que liberar ele para jogar videogame e assistir vídeos no *Youtube*, porque não tem absolutamente nada para ele fazer. Às vezes, é só olhar para as paredes mesmo. O colégio é maravilhoso, mas acho que está sendo difícil para as escolas públicas", desabafa Filippelli, que também se divide entre Henrique, uma filha de dois anos, as tarefas domésticas e o trabalho em um *call center*.

E quando a escola não mantém nenhum contato com os alunos, e a maior preocupação é dar

de comer aos filhos? É esta a situação na casa de Vanessa, moradora do bairro Glória e mãe de um menino de cinco anos: "Eu fico ensinando ele a escrever o nome. Mas ele gosta da aula, fica perguntando quando vai voltar". Ela e o marido são autônomos e estão praticamente sem trabalho desde que começou a pandemia. "Recebo mensagens de mães dizendo que a família está sem comida em casa. Estão mais preocupados com a sobrevivência do que com o próprio ensino", resume uma professora da rede municipal de Porto Alegre, que prefere não se identificar.

Atividades a distância contarão como dias letivos

Segundo o Plano de Trabalho definido pela Secretaria Estadual de Educação para a rede estadual de ensino, os exercícios que estão sendo feitos em casa vão contar como dias letivos, desde que os alunos entreguem as atividades e elas sejam avaliadas pelos professores. Ao mesmo tempo, o Plano determina que as atividades domiciliares sejam elaboradas "com base em objetos de conhecimentos já abordados em sala". Como não é permitido o ensino de novos conteúdos neste período, o cronograma das disciplinas invariavelmente vai atrasar. "Essa é a nossa preocupação. Como fazer depois para que os alunos possam vencer os conteúdos?", questiona Helenir Schürer, presidente do Cpers, sindicato dos professores estaduais. Schürer não considera as atividades que vêm sendo feitas em casa como educação a distância – EaD – e tampouco acha que o governo deva seguir

este caminho. "Não são 100% dos alunos que têm acesso à internet, e pedagogicamente não é adequado", afirma.

A avaliação é a mesma da presidente do Conselho Estadual de Educação, órgão responsável por fiscalizar e reger o ensino das redes pública e privada, com a exceção das cidades que têm seus próprios conselhos municipais, como Porto Alegre. Segundo Sônia Maria Seadi Veríssimo da Fonseca, caberá a cada instituição avaliar a necessidade de recuperar as aulas após o fim do isolamento: "Cada professor sabe a dificuldade que tem, então não dá para impor uma regra geral. A escola poderá estender o período de aula, ou dar aulas extras no contraturno, ou usar o recesso de julho".

SALÁRIOS – Os professores da rede estadual estão recebendo com atraso há mais de 50 meses. Aqueles que participaram da greve

do ano passado também estão tendo descontos de até 30% nos vencimentos, segundo o Cpers. "Eu tenho que usar a minha internet para mandar os materiais para os alunos. Eu pago isso, mas quase não estou recebendo, apesar de termos recuperado as aulas", reclama o professor de Viamão, Jorge Luiz Santos de Souza. O recurso da categoria contra o corte do ponto dos grevistas iria ser julgado no dia 23 de abril, mas foi retirado de pauta a pedido do governo do estado. Os professores também reclamam das novas regras anunciadas pelo governo Leite para calcular a gratificação de difícil acesso. Segundo um cálculo do Departamento Inter-sindical de Estatística e Es-

tudos Socioeconômicos (Dieese), antes um professor com jornada de 40h poderia ganhar no máximo R\$ 1.260,00, de difícil acesso. Pelas novas regras, este valor cai para R\$ 504,00.



Helenir Schürer, presidente do Cpers

Cada escola faz como pode

O governo federal retirou a obrigatoriedade de as escolas cumprirem os 200 dias letivos previstos em lei, mas manteve a exigência de 800 horas de aula. Isso quer dizer que as instituições poderão concentrar mais horas em um único dia. Mas ninguém sabe como medir o tempo das atividades feitas em casa durante a pandemia. "Não dá para contar estas atividades hora-a-hora. A escola mensura mais ou menos por aquela quantidade de material que está mandando", diz Fonseca.

Se na rede estadual a ordem é "cada escola faz como pode", na rede municipal de Porto Alegre não há ordem nenhuma. As aulas dos ensinos fundamental e médio estão suspensas desde o dia 18 de março, e a educação infantil parou no dia 23. No site da Secretaria Municipal de Educação (Smed) da capital não há nenhum comunicado para as escolas e professores, e tampouco informações sobre a contagem dos dias letivos. A falta de orientação fica clara no relato da professora citada no início da reportagem, que prefere não se identificar. Ela trabalha em duas escolas municipais da periferia de Porto Alegre, e cada uma está agindo de uma maneira. "Em uma das escolas a supervisora

pediu que cada professor elaborasse uma atividade para contar como dia letivo. Na outra escola a diretora está esperando alguma orientação da Smed", conta. A reportagem entrou em contato com a Smed, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

"Em momentos de crise como esse, sinto muita falta de uma palavra do setor educacional do estado. Essa falta de planejamento contrasta com o que se vê em alguns outros estados", diz a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Maria Beatriz Luce. Em São Paulo, o governo estadual criou um aplicativo para os alunos da rede pública terem aulas em vídeo, que também estão sendo transmitidas pela TV Cultura. O mesmo formato poderia ser adotado no Rio Grande do Sul com a TVE, mas segundo a Secretaria Estadual de Educação "ainda não há uma parceria estabelecida com a TVE" para transmitir as aulas. O governo paulista também fez um acordo com as operadoras de internet para que o consumo de dados neste período seja pago pelo Estado, e não pelas famílias dos alunos.

Para Luce, especialista em políticas públicas na área da Educação,

Foto: Igor Speratto



a pandemia aumenta as desigualdades não só entre os ensinos público e privado, mas também dentro do próprio setor particular. "As desigualdades de qualidade dentro do setor privado são tão grandes quanto no setor público", afirma.

CALENDÁRIO – Representantes do ensino público e privado decidiram unificar o calendário escolar durante o período de interrupção das aulas, de modo que todas as escolas seguirão fechadas pelo menos até o dia 30 de abril.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

An advertisement banner for Sinpro/RS health plans. It features three logos: Unimed (green), CCG Saúde (blue), and UNIODONTO (red). Below the logos, the text reads 'Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar'. The background includes a photo of a doctor in a white coat and a photo of a dental X-ray being held by a person wearing blue gloves.

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Bolsonaro, Moro e os militares mergulham o Brasil na 'tempestade perfeita'

A demissão do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o rompimento público entre ele e o presidente Jair Bolsonaro só engrossaram a densidade das nuvens que alimentam essa tempestade



Uma “tempestade perfeita”. Foi assim que o jornal *The New York Times* definiu a situação pela qual o Brasil atravessa, combinando uma crise política profunda, uma recessão destrutiva e a mais grave crise sanitária dos últimos cem anos. A demissão do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o rompimento público entre ele e o presidente Jair Bolsonaro só engrossaram a densidade das nuvens que alimentam essa tempestade perfeita que parece não se afastará dos céus do país tão cedo. Sérgio Moro, cabe lembrar, que ganhou fama nacional e internacional por conduzir o processo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que levou Lula à prisão, retirando o líder petista da disputa presidencial que acabou sendo vencida por Bolsonaro. O novo presidente recompensou Moro com o Ministério da Justiça e definiu o gesto do seu agora ex-aliado como um gesto desleal, uma facada nas costas.

Para o sociólogo Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, professor da Escola de Direito da PUCRS, a saída estrondosa de Sérgio Moro do governo Bolsonaro marca a consolidação de um processo de desconstituição da polarização política entre o bolsonarismo e o petismo, presente no cenário político nacional desde, pelo menos, o

segundo turno das eleições presidenciais de 2018. O afastamento e ruptura de Bolsonaro com governadores como João Dória (São Paulo), Wilson Witzel (Rio de Janeiro), Ronaldo Caiado (Goiás) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) representam, defende Ghiringhelli, uma “divisão importante no bloco de poder que se constituiu com a eleição de Bolsonaro” (ver artigo *A demissão de Sérgio Moro*, publicado no site *Sul21* em 26/04/2020).

Essa ruptura, assinala ainda o sociólogo, redefine o posicionamento da até então sólida base de apoio que levou Bolsonaro ao poder. “A partir de agora, fica de um lado o bolsonarismo raiz, cada vez mais sustentado pelas bases das igrejas neopentecostais e pelos setores sociais mais vinculados ao aparato de controle punitivo e repressivo, desde as polícias e setores das Forças Armadas, até as milícias e as comunidades que controlam em determinadas regiões do Brasil. E de outro lado, alguns setores da alta burocracia estatal (juizes, promotores, carreiras diplomáticas), do empresariado (incluindo empresas de mídia) e do agronegócio, e aquilo que sobrou da classe média urbana, que começam a se dar conta de que o custo de ter colocado Bolsonaro na Presidência da República é muito alto”.

Neste cenário, o posicionamento das Forças Armadas parece constituir uma variável fundamental para a sobrevivência política do governo Bolsonaro. Janio de Freitas, um dos mais respeitados colunistas políticos do Brasil, cobrou esse posicionamento em um duro artigo publicado na *Folha de São Paulo* (edição de 26/04/2020). “O que mais, e mais grave, ainda precisará ocorrer para que os representantes das Forças Armadas no governo as desvinculem, afinal, da responsabilidade pela catástrofe moral e governamental que arrasa este país?”, questionou o jornalista. “A presença junto aos Bolsonaro, sua trupe e suas relações cavernosas faz mal às Forças Armadas como instituição, deforma-as outra vez e as desmoraliza (...) Os militares precisam fazer um exame honesto e profundo de sua relação com o país”, acrescentou Janio de Freitas.

O comportamento dos militares, porém, segue uma incógnita. Eles já estão envolvidos até o pescoço no governo Bolsonaro e um eventual desembarque ou ruptura não é tarefa simples. O fato é que a demissão de Moro fez um estrago considerável na base social de apoio do atual presidente. Uma pesquisa do Atlas Político, divulgada pelo jornal *El País*, dia 27 de abril, apontou que, após a

demissão do ministro da Justiça, 54% dos entrevistados responderam ser a favor de um *impeachment* de Bolsonaro. Na pesquisa anterior, realizada em março, 48% dos entrevistados apoiavam o *impeachment*.

A instabilidade do cenário político e da estrutura de sustentação do governo Bolsonaro anda de mãos dadas com a evolução da pandemia do coronavírus. Nas últimas semanas, cresceram, por todo o país, as pressões de grupos empresariais pela flexibilização do distanciamento social, o que começou a acontecer, oficialmente ou extra-oficialmente, em muitas cidades. As consequências dessa flexibilização não demoraram a aparecer. Em Passo Fundo, por exemplo, a Prefeitura começou a flexibilizar o distanciamento social no dia 17 de abril, reabrindo o comércio de rua. Uma semana depois, os casos explodiram na cidade, com focos no frigorífico da JBS e em um abrigo de idosos. No dia 26, um conjunto de entidades pediu à Prefeitura a ampliação imediata do distanciamento, pois estaria em curso “uma contaminação descontrolada de Covid-19” na cidade. É assim que o Brasil ingressa no período mais crítico da pandemia: sem comando e com um presidente que segue negando a gravidade do que está acontecendo.



A pesar da multiplicação das projeções, e de indicativos muito ruins, ainda não é possível quantificar o tamanho das perdas no setor produtivo, onde é um erro apontá-las como generalizadas. Não se trata da falsa oposição entre saúde e economia. Nem da crença, equivocada, de que reaberturas prematuras poderiam minimizar o conjunto complexo de adversidades cujos reflexos recém começaram. Na vida real, para empresas e empreendedores, elas se mostraram quase que imediatamente no setor de Comércio e nos Serviços, mesmo que com algumas poucas exceções. E constituem tendência implacável entre trabalhadores atingidos pela redução de jornadas e salários ou suspensões de contratos permitidos pela Medida Provisória (MP) 936/2020.

Em pouco mais de 20 dias em vigor (entre 1º e 22 de abril), a MP 936, nacionalmente, já havia atingido 3,5 milhões de trabalhadores, conforme dados do próprio Ministério da Economia, sendo pouco mais de 2 milhões deles com suspensões de contratos e 1,3 milhão com reduções de jornadas e salários entre 25% e 70%. Além deles, 167 mil trabalhadores intermitentes. O Dieese, por sua vez, divulgou, em 30 de abril, estimativa de que 4,4 milhões de trabalhadores já tinham sido afetados pelas negociações.

Na verdade, via de regra, não há negociação e os empregados são comunicados de quais serão as novas condições. O Ministério da Economia prometeu a atualização diária das flexibilizações em um site, o servicos.mte.gov.br/bem. Nele não constam os detalhes sobre reduções e suspensões. Mas, no canto superior direito, há um dado atualizado, classificado, na página, como 'empregos preservados'. No primeiro domingo de maio, o marcador estava em 5.394.047. O Ministério, que projeta que as suspensões ou reduções deverão chegar para 24,5 milhões de trabalhadores formais (nada menos do que 74% do total), cunhou o termo 'empregos preservados' para fazer referência ao número de contratos de trabalho atingidos pelas alterações permitidas pela MP.

Foto: Igor Spentto

Economia gaúcha despenca e dados são precários

por Flavia Benfica

Passados pouco mais de dois meses do registro do primeiro caso de coronavírus no Brasil, e com o indicativo de que o RS ainda tem dias difíceis a enfrentar, maximizados pela chegada do inverno, há uma certeza em relação aos efeitos da pandemia para além das vidas perdidas e da ameaça de colapso no sistema de saúde: o de que ela já derrubou a economia

Apagão estatístico pode distorcer informações

Economistas, analistas, cientistas, todos concordam que a debacle econômica e o aumento das diferenças entre os que estão na base e no topo da sociedade tendem a ser mais perversos em um país conhecido por seu alto grau de desigualdade e onde as mudanças promovidas nos últimos anos aumentaram o número de trabalhadores na informalidade e no trabalho precário. Estes, sem direitos ou garantias da legislação trabalhista, foram atingidos primeiro pelos reflexos do distanciamento social, engrossando as filas dos que buscam o auxílio de R\$

600,00 pagos como forma de auxílio emergencial pelo governo federal, em um sofrível sistema de distribuição. Mas os especialistas receiam também que o chamado 'apagão estatístico' piore em tempos de pandemia, prejudicando ainda mais tanto o diagnóstico quanto as políticas para planejar o futuro.

Primeiro, porque os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2020 ainda não apareceram. No final de março, o governo suspendeu por tempo indeterminado a divulgação dos saldos de janeiro e

fevereiro, sob a alegação de mudanças no sistema de envio das informações sobre admissões e demissões. Na sequência, também não houve publicidade dos dados de março: a chegada da Covid-19 e as medidas de distanciamento serviram então para justificar a ausência dos números.

Segundo, porque o IBGE deixou de fazer a coleta presencial de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e há dúvidas sobre a divulgação do mês de abril. Os dados da última Pnad Contínua, divulgados em 30

de abril pelo IBGE e referentes ao trimestre janeiro/março, mostram aumento na população desocupada, na subutilizada e naquela fora da força de trabalho (recorde desde o início da série, em 2012). Caíram tanto o número de trabalhadores com carteira assinada como os sem carteira na iniciativa privada, assim como a massa de rendimento real. Tudo ainda sem o impacto do coronavírus. Em seu último boletim, o Dieese aponta que, a ser seguida a linha atual, não haverá dados confiáveis "para estimar o impacto da crise na ocupação e na renda".

900 milhões a menos na arrecadação do RS

No RS, conforme o professor Maurício Weiss, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), o mais seguro é observar o impacto a partir dos dados de arrecadação da Secretaria da Fazenda estadual. "Por meio da arrecadação, fica evidente a diminuição no volume do comércio. Nele, o mais afetado é o segmento do vestuário. Os dados via nota fiscal eletrônica, por exemplo, nos permitem ter uma noção do impacto na economia de forma mais rápida. A queda na arrecadação do ICMS em abril, conforme já projetado pelo governo, será na ordem de R\$ 850 milhões",

elencando. O número representa uma retração de 18,8% na arrecadação. Em maio, conforme as projeções da Fazenda, as perdas com o ICMS podem alcançar os R\$ 900 milhões. Entre 16 de março e 24 de abril, a Receita Estadual apurou que deixaram de ser movimentados, em operações registradas por notas eletrônicas, R\$ 270 milhões ao dia, na comparação com o mesmo período de 2019.

Mas também no fim de abril, a Receita gaúcha apontou estabilidade nos níveis de perdas decorrentes da pandemia. Em relação aos setores de atividades, o varejo seguiu sendo o mais afetado, com

redução de 19% nas vendas desde o início da crise. A indústria teve queda de 16%. E o atacado caiu 2% no acumulado do período. Por setores, as áreas da alimentação (arroz, aves e ovos, bovinos, leite, suínos e trigo) tiveram variações positivas. E os resultados negativos mais expressivos seguiram nas indústrias de veículos e coureiro-calçadista. Entre setores com perdas relativas, como os de insumos, de bens de capital e os de bens de consumo duráveis e semiduráveis, a média das reduções se estabilizou.

"Os clientes mudaram, estão mudando e ainda vão mudar. Em

termos de consumo, a tendência é de que haja uma quebra no comportamento que vinha ocorrendo até então. É muito importante que as empresas foquem no propósito, no que oferecem", adverte a professora Daniela Brauner, da Escola de Administração da Ufrgs, e coordenadora do SOS-PME/Rede de Assessoria Empresarial, um projeto criado na Universidade para auxiliar micro, pequenos e médios empresários a desenvolverem estratégias de enfrentamento à pandemia e o consequente bloqueio parcial ou total das atividades em seus negócios. Há quase cem empresas cadastradas.

Estiagem agravará a crise

Entre entidades empresariais, apesar das referências constantes às perdas, de modo geral faltam dados consolidados, principalmente naquelas representativas do comércio. Quem tem levantamentos melhor estruturados é a Federação das Indústrias do RS (Fiergs). Na Sondagem Industrial Especial, realizada entre os dias 1º e 14 de abril, a Federação constatou que dois terços das empresas consultadas relataram aumento na dificuldade de acesso à capital de giro. E que seis de cada dez encontram dificuldades financeiras para realizar pagamentos rotineiros. Os principais impactos causados pela pandemia foram a redução do faturamento (72,3%), o cancelamento de pedidos e encomendas (56,6%) e a in-

dimplência de clientes (55,4%).

"Vai ser um ano muito ruim em termos de resultado. Isto já está contratado. No RS é um ano muito atípico porque, além do coronavírus, tem a questão da estiagem. É uma situação que se coloca como difícil de fazer projeções, e que necessitará ser monitorada semana a semana", considera o economista chefe da Fiergs, André Nunes de Nunes. "A única coisa da qual temos certeza é de que haverá uma retração grande e que a agricultura vai salvar um pouco os números" completa o engenheiro agrônomo Adrik Richter, do Departamento de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag), que representa cerca de 720 mil agricultores familiares

no estado. Até o final de abril, a agricultura familiar estava mais impactada pela estiagem do que pelo coronavírus no RS.

Neste mês de maio, o esforço ainda é em tentar encontrar um caminho. "Não precisaríamos estar enfrentando os conflitos entre as necessárias medidas de distanciamento e as questões econômicas. A pressão pelo afrouxamento na verdade aumenta porque o governo federal não canaliza os recursos necessários nem para as pessoas e nem para as empresas, parece estar em conflito constante: é como se entendesse o que deve ser feito e, ao mesmo tempo, travasse os processos", explica o professor Weiss. Segundo ele, sem aumentar o endividamento, o país não sairá do

lugar. Mas os sinais emitidos são preocupantes. "Ao mesmo tempo em que há propostas importantes, como a que dá maior possibilidade de atuação do Banco Central para comprar dívida pública, há outras totalmente descabidas. A de usar reservas internacionais para abater a dívida depois, por exemplo. O país se desfazer de dólares para pagar dívida em reais seria surreal", assinala. "O fato é que em breve teremos uma divergência muito grande: a discussão sobre quem vai financiar o crescimento da dívida pública. Vamos ter a coragem de mudar o sistema tributário? E o ônus? Será ou não colocado sobre os mais afetados pela crise?", questiona o supervisor técnico do Dieese no RS, Ricardo Franzoi.

A periferia luta sozinha contra a pandemia

por Flavio Ilha

Em pleno pico da pandemia do novo coronavírus no Brasil, como previam as autoridades científicas e sanitárias do país, a situação de contaminação e mortes se agrava nos principais centros urbanos, além de cidades como Manaus, Belém, Fortaleza e Recife, e desafia as comunidades periféricas a sobreviverem em meio ao caos no sistema de saúde. Sem apoio do Estado, que se limitou a distribuir um auxílio financeiro insuficiente, que causou mais problemas que soluções, e sem condições concretas de cumprir com as práticas de isolamento, as próprias comunidades se organizam para combater a fome e a proliferação do vírus. Em Porto Alegre, a reportagem do Extra Classe acompanhou o esforço de lideranças populares nas maiores concentrações periféricas da capital e mostra como a mobilização, a solidariedade e o voluntarismo salvaram centenas de vidas – apesar da falta de apoio dos governos

Um ruidoso grupo de homens levantava poeira no campinho de futebol do Jardim Planalto, no meio da tarde, ao contrário do que recomendam as normas de isolamento social na pandemia do novo coronávi-



Bruna Rodrigues

Foto: Igor Sperotto

rus. Na torcida, famílias inteiras tomando chimarrão, crianças com bicicletas e bolas, idosos, técnicos informais comentando as jogadas.

Ao lado da quadra de areião, ativistas e lideranças comunitárias da Grande Cruzeiro, que congrega cerca de 32 vilas na periferia de Porto Alegre, combinavam ações de enfrentamento à crise provocada pelo vírus, em especial a falta de comida que atingiu as famílias mais vulneráveis. Volta e meia uma bolada atrapalhava a reunião improvisada. Esse pessoal todo trabalhava de pedreiro, de mecânico, fazendo pintura. Agora estão sem ter o que fazer. As escolas também estão fechadas. Como é que vamos cobrar que fiquem nas suas casas, que às vezes é só um cômodo para quatro,

seis pessoas? Não tem condições de fazer isolamento aqui”, relata Bruna Rodrigues, diretora da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa).

A rotina se espalha por outras comunidades periféricas de Porto Alegre. Geralmente sem máscaras, com poucos cuidados de higiene, moradores organizam rodas de samba, churrascos, bailes *funk*. Levam uma vida quase normal, não fosse a redução drástica na renda das famílias. A tarefa de alertar sobre os riscos de contaminação é das lideranças comunitárias, já que a Prefeitura não é vista por essas bandas.

“Me sinto como se estivesse cuspidando contra o vento. A gente sabe que deveria insistir para que as pessoas ficassem em casa, mas como traduzir a pandemia para a vida

cotidiana delas? É uma coisa muito distante, até porque os casos estão longe daqui, nos hospitais. Aqui não tem isso”, diz o presidente da União de Vilas, Ronaldo Souza (foto: sentado de colete na página ao lado) – a organização que congrega comunidades da Grande Cruzeiro que foi reorganizada no final de 2019.

Em Porto Alegre, o vírus tem feito estragos relativamente pequenos em comparação com outras regiões do país. No final de abril, a capital beirava 450 casos notificados de Covid-19, a doença provocada pelo SARS-CoV-2, e menos de 20 mortes. A ocupação das UTIs, por outro lado, mal chegava aos 70%. Em termos de incidência, a cidade registrava 27 casos por cada grupo de 100 mil habitantes – número muito inferior a capitais como São Luís (128,6/100.00),



Recife (115), Fortaleza (113) ou mesmo São Paulo (87,3) e Rio (54,4).

Mas os efeitos sobre as populações pobres, como logo perceberam Bruna e Ronaldo, além de outros líderes comunitários de Porto Alegre, foram devastadores. Além do risco de contaminação, a pandemia derrubou a renda das famílias. Moradora da vila Rio Branco, também na região da Cruzeiro, a diarista Ana Paula Ferreira de Oliveira perdeu as duas faxinas semanais já no início de março e ficou sem renda nenhuma. O marido, que faz bicos de pedreiro ou pintor, também ficou sem trabalho.

Resultado: faltou comida na mesa. Com um filho menor ainda para criar, a família entrou em desespero. "Ficamos em pânico. Não recebi nenhuma ajuda dos empre-

gadores, nada. Para acessar a ajuda federal, tivemos que recorrer a uma vizinha porque não temos internet e nem computador em casa. É muita desumanidade", relata.

Quem a ajudou, assim como a outras famílias da mesma região, foi o ativista Cleber Moraes. À frente do coletivo *A periferia move o mundo*, criado no final do ano passado para ajudar cinco creches comunitárias da Grande Cruzeiro, abandonadas pela Prefeitura, Moraes logo se viu às voltas com um problema muito mais grave quando o novo coronavírus atingiu em cheio a vila Rio Branco: a fome.

"No segundo dia de isolamento já tinha gente batendo na minha porta querendo cestas básicas. Simplesmente não tinham mais comida. Na periferia as pessoas

trabalham num dia para comer no outro, não têm reservas, poupança. Vão fazer o quê?", conta o ativista.

Como não tinha estoque de alimentos coletados para as creches, Moraes organizou com outros ativistas três pontos de coleta e conseguiu a doação de cem cestas básicas com a Ufrgs para dar a largada na ajuda, no dia 19 de março. De lá para cá, a estrutura da organização *A periferia move o mundo* conseguiu distribuir cerca de 160 cestas ou 1,7 tonelada de alimentos. Preferencialmente para moradores da própria vila Rio Branco.

É uma ajuda insuficiente, mas necessária. "A alimentação continua sendo o maior problema das periferias de Porto Alegre, mais que o vírus. Sabemos que cem cestas não são nada em termos absolutos, mas

é muito para quem não tem nada em casa", diz Moraes. As cestas são básicas mesmo, ou seja, permitem que uma família de quatro, cinco pessoas, se alimente por dez ou 15 dias. Como diz a diarista Ana Paula, "tendo arroz e feijão, é comida".



Cleber Moraes

Brigadas populares

Na Restinga, extremo sul de Porto Alegre, o panorama era semelhante no final de abril: isolamento social em declínio e fomes nas comunidades mais vulneráveis do maior complexo de vilas da capital. Cristiane Machado, coordenadora da Casa Emancipa, também foi atropelada pelos fatos: a casa é originalmente uma ONG de educação popular, mas diante do desespero das pessoas teve de se dedicar, nas últimas semanas, à assistência social.

“Não temos nenhuma experiência nisso, preparamos jovens e adultos para o Enem ou para o Instituto Federal que funciona aqui na região. Mas as famílias, especialmente as mais vulneráveis, estão sem orientação alguma. Sem comida. Sem estrutura de higiene. Temos que fazer alguma coisa, pois o poder público não vem aqui”, relata.

A Casa Emancipa conseguiu doações para montar 60 cestas básicas e para distribuir 200 quentinhas nas ruas da Restinga, tanto para moradores de rua quanto para famílias carentes. “Tudo feito com o apoio de muitas pessoas, um grupo de professores e professoras da escola municipal Pessoa de Brum, anônimos, amigas e amigos, uma cafeteria que arrecada alimentos na região central, um grupo de professores e professoras da escola estadual Ernesto Dornelles”, diz Machado.

O isolamento, segundo ela, não pode funcionar quando a maioria

das pessoas trabalha na informalidade na região. Mesmo porque, pelos dados oficiais, havia um único caso de Covid-19 registrado em toda a Restinga no final de abril – que reúne cerca de 50 mil habitantes. “As pessoas não acreditam. Não adianta. A informação chega, mas como viabilizar? Tinha que ter uma política pública pra manter as pessoas em casa, mas isso não existe”, explica.

Nas comunidades mais vulneráveis da Restinga Velha, como Pedreira e Rocinha, até mesmo as cestas básicas da Casa Emancipa têm dificuldade para chegar a quem precisa. “As casas não têm esgoto, não tem banheiro, nem chuveiro, o acesso é difícil, tem mães com oito, dez filhos. Não há orientação nenhuma. Como vou me comunicar com essas pessoas, como vou dizer que elas precisam ficar em casa?”, questiona a ativista.

Na Grande Cruzeiro, a distribuição de cestas básicas contou com a participação das Brigadas Populares – grupos de voluntários que fizeram um mapeamento dos casos mais graves para as doações. Os voluntários percorreram as regiões mais vulneráveis para cadastrar a situação das famílias: número de idosos por domicílio, de crianças, existência de doenças crônicas, renda.

Como base nas informações, os “cuidadores de beco” passaram a monitorar as famílias selecionadas e distribuir as doações – cui-

dando para que a escolha não gerasse descontentamento entre os vizinhos, ou até represálias. Cada um dos 18 cuidadores voluntários fica responsável por cerca de 15 famílias. Isso dá aproximadamente 300 famílias. Parece pouco, mas diante da limitação financeira e logística dos grupos comunitários, é um número extraordinário. O grupo arrecadou e distribuiu 9 toneladas de alimentos – parte desse volume abasteceu famílias em extrema vulnerabilidade em outras regiões da cidade.

“Nosso conceito é de uma democracia da sobrevivência. Ou todos sobrevivem com dignidade, com respeito, ou então não temos uma democracia. Salvar só uma parcela da população não nos interessa”, diz a diretora da Uampa Bruna Rodrigues.

A União de Vilas, por exemplo, conseguiu identificar cerca de 500 famílias na sua base de atuação que estão “invisíveis” nos programas sociais municipal, estaduais ou federais. Ou seja, estão totalmente vulneráveis, que devem ser consideradas prioritárias em caso de assistência. Em toda a Grande Cruzeiro, o grupo calcula que haja 700 famílias nessa situação – especialmente no chamado Buraco Quente e na Ecológica, locais de extrema pobreza na região.

“Temos certeza de que o caos só não chegou aqui por causa da ação das lideranças comunitárias. Não estamos resolvendo

nada em termos estruturais, mas apenas minimizando impactos. A pandemia só deixou mais evidente o abismo da nossa desigualdade”, argumenta Ronaldo Souza, da União de Vilas.

Mas, mesmo com toda a dificuldade, as lideranças comunitárias não desistem de pregar a necessidade de higiene pessoal, apesar da falta de infraestrutura sanitária nas comunidades, e de isolamento social.

EXTERMINIO – Cléber Moraes, do coletivo A periferia move o mundo, diz que a política de extermínio do Estado brasileiro, especialmente das comunidades faveladas, faz parte da estratégia de tolerância dos governos em relação ao relaxamento das regras de isolamento. Na medida em que as classes média e alta têm plenas condições de adotar trabalho remoto ou reservas econômicas para resistir ao confinamento, as populações pobres não têm alternativa – nem de trabalho, nem de lazer.

“Quando tem um bailinho *funk* aqui por perto ou uma roda de pagode, onde o risco de contaminação é grande, tu acha que a Brigada Militar vai chegar pra orientar as pessoas a ir pra casa? Vai nada. Vão deixar que a gente se contamine mesmo. A comunidade não percebe que é o alvo essencial dessa política”, argumenta.

E recomenda aos seus vizinhos: “Se ficar de resenha na rua, vai dar ladaia”.



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



Governo quer indicar maioria no CEEd/RS

Procuradoria Geral do Estado alega insegurança jurídica para defender hegemonia do Executivo na indicação de representantes no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – órgão normativo e de regulamentação dos sistemas de ensino público e privado no estado. Proposta a ser enviada à Assembleia Legislativa gaúcha prevê uma inversão na proporcionalidade prevista pela legislação e esvazia a participação de entidades da sociedade civil ligadas à educação, denunciando entidades da sociedade civil, dentre elas o Sinpro/RS

Foto: CEEd/RS



Última sessão plenária realizada antes do recesso regimental. Conselho é composto por representantes de entidades ligadas à educação e ao Executivo.

por Gilson Camargo

Um projeto em elaboração pela Casa Civil será encaminhado para a Assembleia Legislativa nos próximos dias com uma proposta de alteração na representatividade da sociedade civil e de entidades ligadas à educação na composição do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEd/RS).

A iniciativa do Executivo tem como base um parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que elencou as alterações na legislação estadual e pareceres do Supremo Tribunal Federal (STF) para alegar “inconstitucionalidade material” da composição da entidade e um vácuo de “insegurança jurídica” devido às mudanças na legislação. “O Conselho é o balizador da educação. Precisa ter autonomia para fiscalizar e normatizar. Se ele for composto por maioria do governo, não precisa de Conselho. Passa a ser uma farsa”, critica Helenir Aguiar Schürer, presidente do Cpers-Sindicato.

Na prática, o governo pretende excluir entidades da sociedade civil da composição do Conselho, reduzindo a participação civil para um terço e assumindo a indicação da maioria, dois terços dos conselheiros.

Trata-se de uma inversão na proporcionalidade das indicações dos conselheiros encarregados de normatizar e regulamentar os sistemas de ensino. O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) contesta o parecer da PGE. “Essa hegemonia pretendida pelo governo fere a legislação vigente ao pretender transformar o Conselho em um órgão de governo e não de estado”, define Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS e conselheiro do CEEd/RS. “A proposta impacta no conceito do Conselho de ser um órgão de estado e não de governo. Acaba com o preceito democrático que é uma das suas características”, alerta.

VACÂNCIA – O processo de composição do Conselho deveria ter iniciado em fevereiro, e foi inviabilizado pelo governo, que não solicitou as indicações até 15 de março, nem encaminhou as nomeações. A manobra do Executivo provocou um impasse para a entidade, que a partir

de 15 de abril ficou com dez vagas em aberto por término de mandato de conselheiros. “O prazo para nomeação dos novos conselheiros, pela atual legislação e suas alterações, seria de dez dias após o governador ter em mãos as indicações das instituições”, lembra Marcia Adriana de Carvalho, presidente em exercício do CEEd/RS. Algumas instituições procuraram a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, solicitando apoio para pressionar o governo a fazer as nomeações.

No dia 29 de abril, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa pediu ao governo do estado a imediata inclusão de entidades representativas dos trabalhadores na recomposição do Conselho, que está atuando com 11 dos 21 conselheiros. “Neste primeiro semestre, a relevância do CEEd/RS tem sido subtraída, especialmente neste período de coronavírus, apenas por questões jurídicas que a Seduc argumenta e que datam de dois anos atrás”, critica a deputada Sofia Cavedon (PT), presidente da Comissão de Educação. A recomposição plena do colegiado, disse, “qualifica o debate inclusive para iniciar a discussão para a elaboração de um projeto de lei referente a mudanças nessa composição”, afirma.

COMPOSIÇÃO – O art. 207 da Constituição Estadual, assim como a Lei estadual 9.672, de 19 de junho de 1992, e suas alterações, definem o CEEd/RS como “órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do Sistema Estadual de Ensino”. Sua composição é de sete conselheiros escolhidos pelo Executivo e de 14 a partir de listas triplas de representantes de entidades ligadas à educação das redes públicas e privadas.

As entidades que têm vagas asseguradas no Conselho são o Cpers-Sindicato, o Sinpro/RS, representantes de pais de alunos de escolas públicas e privadas, Sinepe/RS, dirigentes municipais de educação, associações de municípios, ensino superior de formação de professores, estudantes do ensino fundamental e médio. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi excluída a partir de 2019 por inconstitucionalidade de legislação aprovada em 2000 para sua inserção no colegiado.

Negociações buscam manter empregos e salários

Os 45 dias de isolamento social, ocorridos entre o início da segunda quinzena de março e o final de abril, e, por consequência, a suspensão das aulas presenciais, alterou significativamente a vida e o trabalho dos professores do ensino privado gaúcho nos diferentes níveis de ensino, assim como do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS).

"O Sindicato manteve todos os atendimentos e a sua prestação de serviços e acompanha diuturnamente as novas demandas de atuação em relação às aulas a distância implementadas pelas instituições de ensino", expõe Cassio Bessa, diretor do Sindicato. "São realidades muito diferentes, que exigem ações sindicais diferenciadas".

Ele conta que reuniões e assembleias virtuais se tornaram comuns nestes dias de isolamento social e viabilizaram agilidade nas discussões e a participação de professores de diferentes regiões do estado, para decisões

e encaminhamentos. A atuação do Sindicato em todo o estado, segundo Bessa, se pauta sempre pela preservação dos direitos e da empregabilidade dos professores. Até o momento, o Sindicato firmou 108 acordos com instituições de ensino e quatro acordos foram prorrogados.

Este período está sendo marcado também, segundo o Sindicato, por uma forte instabilidade com as incertezas quanto a extensão da suspensão das aulas presenciais, a perspectiva de um novo calendário escolar e pelo movimento por redução nas mensalidades escolares.

No final de abril, com a flexibilização do isolamento social anunciada pelo governo do estado, delegando às instituições de ensino privado a avaliação para a retomada das atividades presenciais de acordo com a realidade de cada região, o Sinpro/RS defendeu extrema cautela na retomada de aulas presenciais. "Estamos assistindo o crescimento do número de



Foto: D3 Comunicação

Tratativas com o Sinepe/RS para a renovação das CCTs foram suspensas

contaminações e de óbitos no estado. Aulas presenciais significam aglomeração e circulação grande de professores, estudantes e pais ou responsáveis", explica Bessa.

MENSALIDADES – O Sindicato se manifestou contrário à iniciativa, em trâmite na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, propondo a redução das mensalidades escolares. A proposta foi criticada por entidades representativas de instituições de ensino, como o Comung, que congrega as universidades comunitárias, e pelo Sinepe/RS. "Se aprovada, terá impacto na capaci-

dade das instituições de pagamento do salário dos professores", observa Margot Andras, diretora do Sindicato. "Além do mais, em face da continuidade da prestação dos serviços, não se justifica a redução linear das mensalidades".

CONVENÇÕES E ACORDOS – O Sinpro/RS está negociando com as representações patronais da educação básica e superior a prorrogação dos Acordos e das Convenções Coletivas de Trabalho de 2019 até a conclusão das negociações para as suas renovações para 2020.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Aposentadoria de pessoa com deficiência

Essa aposentadoria está subdividida em três grupos, estabelecidos pelo grau de deficiência leve, moderada e severa, sendo fixada pelos limites físicos e funcionalidade. Essa avaliação e grau de deficiência serão reconhecidos mediante laudo próprio, resultante do enquadramento nestas condições:

Deficiência	Tempo de contribuição Homem	Tempo de contribuição Mulher
Leve	33 anos	28 anos
Moderada	29 anos	24 anos
Grave	25 anos	20 anos

Com a reforma previdenciária, advém exigência de outro requisito, o etário, no qual o homem há de implementar 60 anos de idade e a mulher 55 anos. Some-se ainda a exigência de tempo mínimo de 180 contribuições (carência). Não há necessidade de que esta relação tenha sido consagrada mediante contratação sob a tutela das cotas legais de Pessoa com Deficiência (PCD).

A condição de deficiência e sua averiguação envolvem, também, a funcionalidade. Por exemplo, um acidente de trabalho que estabeleça ao trabalhador uma limitação ou redução de sua capacidade laboral, gerando ou não direito ao auxílio-acidente, pode ser elemento caracterizador da deficiência, a contar deste momento.

ACIDENTE – Em exemplo drástico, plenamente possível para os professores, eventual acidente pessoal do qual decorra limitação dos membros inferiores, mas não sua capacidade laboral, lhe permita exercer a atividade de professor(a) normalmente; não difere situações de trabalhadores em escola ou de todos os profissionais.

Podemos ter situações congênitas como síndrome de talidomida, paralisia infantil, entre outros, resguardando o direito diverso a esses trabalhadores com acesso a uma aposentadoria ou indenização distinta. Outro aspecto comum é a visão monocular, neste caso devem se somar os aspectos sociais, como acessibilidade e mobilidade, sendo também elementos de ponderação na graduação da deficiência.

FATOR PREVIDENCIÁRIO – Outro aspecto de significativa importância, e difere dos demais benefícios, é o direito à aposentadoria sem a incidência do fator previdenciário. Soma-se ao caso concreto a possibilidade de conversão dos períodos tidos como não deficientes para deficientes, garantindo acesso a um benefício mais vantajoso.

Para cada deficiência ou funcionalidade há pontuações a serem estabelecidas, sendo deveras complexa a finalização do direito e acesso a este benefício.

Os trabalhadores não detêm total compreensão do tema, muitas vezes sendo pessoa com deficiência leve, sem se dar conta de que há um direito distinto e seletivo que lhe protege, não raro buscam o benefício por tempo de contribuição, situação que seria deveras desvantajosa para este segurado.

PANDEMIA

Professores se somam em ação solidária

A direção do Sinpro/RS lançou, na segunda quinzena de abril, a campanha Professores Solidários, no site Vakinha (www.vakinha.com.br), para arrecadar recursos financeiros para aquisição de cestas básicas para distribuição junto a comunidades carentes.

Os recursos da campanha se somam aos esforços já realizados pelo próprio Sindicato para a promoção dessa ação social. Até o fechamento desta edição, 91 professores haviam feito doações num total de R\$ 7.806,00.

A ação Professores Solidários surgiu no contexto da pandemia e da falta de políticas públicas que pudessem suprir algumas das necessidades básicas de várias comunidades da região Metropolitana e do interior do estado.

As doações, que estão ocorrendo todas as semanas desde o início de abril, são destinadas a vários grupos em situação de vulnerabilidade social, tais como moradores em situação de rua, indígenas, quilombolas, entre outros.

"Mais de cem cestas básicas e ingredientes para a produção de cachorros-quentes já foram doados nesse pouco mais de um mês e, a partir da vakinha solidária, a ideia é conseguirmos atingir mais grupos", expõe Patricia Dyonisio de Carvalho, diretora do Sinpro/RS. "Mais uma vez, o Sinpro/RS reafirma um de seus principais compromissos, o de ser um sindicato cidadão. Diante do contexto da pandemia, a solidariedade tem sido a marca dos professores da região Metropolitana e do interior do estado.

Acompanhe a distribuição no site da campanha. (www.eventos.sinprors.org.br/professores-solidarios)



Foto: Comunicação/ Sinpro/RS

Alimentos e materiais de higiene pessoal são entregues semanalmente a comunidades carentes

NOTAS

RESCISÕES CONTRATUAIS – Devem ocorrer com o acompanhamento do Sinpro/RS. O Sindicato mantém o atendimento *on-line*, durante o isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19. A instituição de ensino deve encaminhar a documentação referente à rescisão do professor ou professora para o e-mail juridico@sinprors.org.br (ou para o e-mail da Regional do Sindicato mais próxima do município sede do empregador). "É fundamental que o Sindicato faça a devida conferência prévia do termo rescisório e posterior efetivação da homologação", destaca Cassio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

FGTS – A Medida Provisória 927/2020 faculta às empresas a possibilidade de suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Segundo a MP 927, os valores correspondentes a essas três competências poderão ser pagos em seis vezes a partir do mês de julho do corrente ano, sem as respectivas atualizações monetárias.

É cientificamente comprovado que a atividade física regular faz bem.

Faz bem para ter fôlego, força, agilidade, coordenação, energia e por aí vai, uma longa lista de benefícios.

Mas vamos ao melhor deles?
Saúde mental.

Dados epidemiológicos sugerem que pessoas moderadamente ativas têm menores riscos de serem acometidas por desordens mentais do que as sedentárias (Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental Saúde Coletiva, vol.8, núm.50, 2011, pp. 126-130).

Pensando na saúde de seus associados e dependentes, o Sinpro/RS oferece gratuitamente a Plataforma Somos Move, com informações, serviços e programação de atividades exclusivas voltadas à promoção de mudanças no estilo de vida.

A cada mês, novos conteúdos: vídeos, cursos, planilhas de treinos, receitas, dietas, entre outros, elaborados por profissionais da Nutrição, Psicologia, Fonoaudiologia, Educação Física de várias especialidades no contexto do esporte e movimento, ioga, ginástica laboral, entre outros.

Acesse a PLATAFORMA SOMOS MOVE a qualquer hora e de qualquer lugar.
É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor

somos Move

A matemática está em todos os sabores

por César Fraga

"Cozinhar é um algoritmo, uma sequência de dados e proporções. Aliás, eu penso toda hora nisso. No momento em que você entende como se compõe um prato a partir das proporções dos seus ingredientes, fica muito mais fácil produzir esse prato em escalas diferentes, seja para uma, dez, cem ou mil pessoas. Da mesma forma, para criar novos pratos", define Marcelo Cóser, 38 anos. Ele é professor do Anglo Vestibulares desde 2003 e atua do ensino médio do Colégio Monteiro Lobato, em Porto Alegre, desde 2001.

Mestre em Matemática pela Ufrgs, Marcelo conta que há dez anos sentiu necessidade de desenvolver alguma atividade que fosse além da rotina de sala de aula. "Comecei então a procurar outros interesses de trabalho. Logo a cozinha surgiu como viabilidade e prestei Enem para ingressar na Faculdade de Gastronomia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), onde me formei em 2015", relata. Neste mesmo ano, ele abriu uma sanduicheria chamada Companhia, em que foi responsável pela cozinha até 2019, quando vendeu o negócio.

Fez estágio no restaurante do Esporão, em uma vinícola portuguesa, onde teve seu primeiro contato com uma perspectiva de trabalho "mais criativo". "Meu principal interesse na cozinha é entender todos os processos e tentar fazer do zero coisas que estamos acostumados a comprar prontas, como iogurte e defumados. Dentro dessa perspectiva, já me interessei por pães, charcutaria, laticínios e agora tenho investido meu tempo em massas. Para comer, o que mais abre meu apetite é a cozinha oriental, em especial a cozinha do sudeste asiático", explica.

Seu próximo projeto, já engatilhado, se chama Onze Zero Um, em que receberá grupos de até seis pessoas em seu apartamento para jantares e cursos. "A proposta é servir jantares para pequenos grupos e ministrar oficinas sobre diversos tópicos da cozinha. Sempre em pequena escala, cuidando de cada detalhe, para que a experiência de compartilhar um jantar ou de aprender novas habilidades na cozinha seja inesquecível". A matemática de sabores do professor Marcelo Cóser pode ser acompanhada pelo Instagram @onzezeroum.



Seu próximo projeto se chama Onze Zero Um, em que receberá grupos de até seis pessoas em seu apartamento para jantares e oficinas

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Richard Serraria*

poeta, cancionista e professor de Literatura Brasileira (doutor em Estudos Literários/Ufrgs). Fundador da Bataclã FC e Alabê Ôni, vem trabalhando em live, podcast e oficinas on-line abordando os termos abaixo citados em negrito

Sopapo Griô, fita de 1000 grau: antenas e raízes em 2020



Grupo Alabê Ôni: Richard Serraria é o segundo, da esquerda para a direita, sentado sobre o tambor

Diante da pandemia de Covid-19, associada à necropolítica federal, me ponho a pensar ainda mais sobre a dicotomia "antenas e raízes", hipertecnologia e produtividade conscientes nesses dias digitais. O lugar, todavia, em que olho para isso é a "bibliotesala" da minha casa, agora convertida em espaço-mundo. Ali habita um tambor grande de 1m e 60cm de altura, couro animal contador de histórias do RS, **Sopapo Griô**, artefato político atestando a presença negra excluída do folclore "oficial" da região. Um olho no sopapo e outro na internet já que o cenário global em diferentes âmbitos, sabemos, foi profundamente modificado e a área educacional não ficou de fora de tais mudanças drásticas.

Olhar no meu caso é pensar no desafio de como ler, construir e partilhar aprendizagens performativas da **PachamamÁfrica** em tempos cibernéticos: **Pedagogia do Sopapo** e o conceito de **TAMBORALITURA**. O paradigma literário eurocêntrico calcado na escrita e o paradigma africano da oralidade. Pensamento central: a necessidade da incorporação de poéticas negras provenientes da África assim como dos povos originários junto ao panorama da literatura brasileira. Olhar para Lélia Gonzalez e a **AMEFRICANIDADE**, indígenas e negros e os aportes linguísticos daí provenientes. Desenhando poesia amefricanindígena então: você já ouvir falar de **orikis**, poética ancestral da Nigéria, verdadeiras flores da fala? Já ouviu falar de **oralitura** e **crioulidade** no Caribe? **Griotismo Literário** na Costa do Marfim? **Portunhol selvagem**, uma literatura fronteira nascida da mescla de guarani, português e espanhol? **Poesia de Angola e Moçambique**, povos com presença da língua e cultura banto, herança viva no Brasil? Ah, e sobre **Poesia Negro Brasileira** (livro, rap, slam, performance), você já ouviu falar sobre isso? Cartazes **Área Indígena** de Xadalu?

Assim tenho olhado para isso nesses dias virais certo de que novos dias virão carregados de poesia e investigação da **língua amefricana**.



Tantas emoções

"Há uma visão tradicional de que nossas emoções seriam estruturadas em seis referências básicas: alegria, tristeza, medo, repulsa, raiva e surpresa. Tais emoções, entretanto, são apenas reações a eventos externos selecionadas geneticamente pelos efeitos de proteção agregados"

Foto: reprodução web



O sociólogo francês Roger Caillois (1913-1978) interessou-se pelo estudo dos jogos como expressão cultural. Ele identificou quatro tipos de jogos: os que envolvem disputas (Âgôn), os jogos aleatórios ou de azar (Alea), os que envolvem simulacros (Mimicry) e o que ele chamou de "jogos de vertigem" ou "lilx". A expressão, de origem grega, significa "turbilhão das águas" e foi usada por Callois para designar a emoção que surge com a interrupção temporária da percepção, que se manifesta por tontura e desorientação. Pessoas que praticam esportes como o *wingsuit*, aquele tipo de voo de alta performance com um macacão com asas; que escalam altas montanhas; que mergulham em cavernas etc. enfrentam grandes riscos exatamente para sentir a emoção de lidar com o limite.

Em cada cultura, há expressões para emoções muito precisas. Assim, por exemplo, os galês usam "Hwil" para nomear a euforia particular de quem participa de eventos em grandes grupos como festas, shows e manifestações; os holandeses usam "Gezelligheid" para a emoção de estar reunido com os amigos em ambiente acolhedor; os russos

têm a palavra "Toska" para nomear o sentimento de insatisfação radical que bloqueia qualquer desejo por longo tempo; os alemães tem a expressão "Schadenfreude" para designar a satisfação com o infortúnio dos outros (algo que os "secadores" em futebol conhecem bem, mas que pode ser, para além das rivalidades clubísticas, eticamente mais comprometedor) e assim sucessivamente.

Há uma visão tradicional de que nossas emoções seriam estruturadas em seis referências básicas: alegria, tristeza, medo, repulsa, raiva e surpresa. Tais emoções, entretanto, são apenas reações a eventos externos selecionadas geneticamente pelos efeitos de proteção agregados. Estudos contemporâneos têm chamado a atenção para o fato de que temos possibilidades muito mais amplas para desenvolver e sentir emoções; centenas delas, talvez mais.

Tiffany Watt Smith, historiadora britânica e pesquisadora do Centro da História das Emoções, na Universidade Queen Mary de Londres, lançou, em 2016, uma obra intrigante chamada *The Book of Human Emotions: From Ambiguophobia to Umpty - 154 Words from Around the World for How We Feel*

(algo como "O livro das emoções: do medo da ambiguidade ao inespecífico, 154 palavras em todo o mundo sobre como nos sentimos"). Nesse trabalho, ela discorre sobre inúmeras emoções determinadas, mostrando como elas se desenvolvem historicamente. O que a autora sustenta, com base nas ciências cognitivas, é que as emoções se constroem culturalmente. Para que possamos ter uma emoção, é preciso identificá-la e nomeá-la. Quando aprendemos uma nova palavra sobre uma emoção, nossos sentimentos começam a ser moldados pela designação. Assim, se a cultura e os valores se alteram, as emoções também mudam. Smith mostra como, em plena Idade Média, sentir-se triste era tomado como positivo, porque ensinaria as pessoas a dominar as emoções quando as desgraças ocorressem. O contraste com a noção de que "devemos ser felizes", que marca as sociedades modernas, não poderia ser mais forte.

Nas últimas décadas, a ideologia conhecida como "neoliberalismo" passou a influenciar as emoções em todo o mundo. Com base nela, as pessoas foram concebidas como responsáveis por seus sucessos ou fracassos e ajudar os

pobres foi visto como uma forma de premiar a preguiça. O Estado foi considerado um excesso e o "mercado" apontado como a solução para os desafios da humanidade. Para tanto, bastaria que o governo "saísse do cangote dos empresários", como repete ainda hoje um antigo político brasileiro, "mistura do mal com o atraso, com pitadas de psicopatia". Por decorência, os laços de solidariedade se fragilizaram, a gramática do ódio convocou a violência latente e as emoções se amesquinharam.

A pandemia do coronavírus, evento imprevisto e terrível, tem promovido ondas de solidariedade em todo o mundo e aproximado tradições políticas muito diferentes. No enfrentamento à Covid-19, se percebe mais claramente a diferença que faz ter governantes responsáveis e irresponsáveis; fica evidente o papel essencial do serviço público e se renovam as expectativas na ciência. Mais do que isso, aflição e dor disseminadas evidenciam a necessidade de estruturas sociais mais justas e ideias como renda mínima universal e sustentabilidade nunca foram tão óbvias. Nossas emoções tendem a ser redefinidas depois disso tudo, para melhor.



Foto: Pedro Ventura/Agência Brasília

Ele começou a se sentir mal em 27 de março, mas piorou em poucos dias, quando precisou de internação. Cardíaco, teme pelo que vai acontecer, pois no final de abril está prevista sua volta ao trabalho. “Vou usar o banco de horas para ficar mais um pouco afastado. É uma doença nova, não tem CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)”. [Nota do editor: conforme Medida Provisória 927, de março de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia Paulo Guedes, no artigo 29 (parágrafo único), diz o seguinte, “os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal”.] Como ele, outros trabalhadores da Saúde estão assustados com a situação. Claudete Miranda, também diretora do Sindicato, faz seus plantões no GHC. Tem diabetes e problemas cardíacos. Ao ver constantemente colegas caírem doentes, está abalada. Ela, assim como muitos outros, não tem condição de estar na linha de frente do atendimento. Mas não tem como se afastar de suas atividades profissionais.

“Estas pessoas enfrentam situações de incertezas, de pânico e se observa maior número de afastamento por doenças psíquicas”, afirma Arlindo. Entidades representativas dos trabalhadores da Saúde, entre elas o Sindisaúde e o Sindicato dos Enfermeiros, tentaram o afastamento imediato de trabalhadores que são grupo de risco do GHC. O pedido foi indeferido pela Justiça do Trabalho.

AFASTAMENTOS – “O GHC não afastou os que são grupo de risco e o resultado é que explodiram os casos de Covid-19 entre os trabalhadores”, denunciou a presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Cláudia Franco, em uma live promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 24 de abril. Formado por quatro hospitais (Conceição, Cristo Redentor, Femina e Hospital da Criança Conceição), o GHC possui cerca de 8 mil trabalhadores de diversas categorias. Por não terem

Profissionais da Saúde lutam contra o vírus e contra a falta de condições

por Marcia Anita Santos

Quem abrisse, em meados de abril, o site do Sindisaúde, entidade que representa trabalhadores da área da Saúde, com sede em Porto Alegre, era informado sobre a falta de atendimento devido ao adoecimento de vários dos seus dirigentes pelo novo coronavírus. De 28 integrantes da diretoria, dez foram contaminados. Um deles, Arlindo Riter, que trabalha no Grupo Hospital Conceição (GHC), após um período hospitalizado, mantém o isolamento em casa para evitar contágio

tomado uma providência, a instituição fez crescer o número de profissionais afastados, nos últimos 20 dias. Eram 200 no começo da pandemia. Até a última contagem, no final de abril já contabilizava 865 afastamentos.

EXPOSIÇÃO – Cláudia chama a atenção para a peculiaridade do trabalho desenvolvido e que gera a exposição arriscada: “Cuidado não se faz a distância. Não dá para fazer um atendimento virtual. Estamos falando de segurar o paciente, dar medicação, banho, fazer troca. Como não tocar?”, questiona. “Por isso, o Sindicato está empenhado em assegurar equipamentos de proteção, bem como condições de trabalho com garantia de vida. Quem cuida da vida não pode morrer, mas são estas pessoas que estão na linha de frente”, diz.

TRABALHADORES – Por sua vez, o Sindisaúde estima que mais de 2 mil trabalhadores de sua base estejam com os sintomas e/ou com os testes positivados. A entidade representa em torno de 70 mil trabalhadores na Saúde de Porto Alegre e região Metropolitana, entre técnicos de enfermagem, nutrição, higienização, manutenção, administrativos, entre outros, em hospitais e clínicas.

“A informação oficial, até o momento, dá conta de um óbito por Covid-19, que é a técnica de enfermagem do Hospital Conceição. Ela era linha de frente no atendimento junto ao Serviço de Emergência”, diz Arlindo. Segundo ele, esta foi uma “morte anunciada pela precariedade nas informações de segurança, falta de condições de trabalho e EPI (Equipamento de

Proteção Individual) adequados.

O Sindisaúde/RS realizou diversos atos de protestos em frente aos maiores hospitais de Porto Alegre: Conceição, Hospital de Clínicas, Santa Casa de Misericórdia, Instituto de Cardiologia, Hospital da PUC, Presidente Vargas e Pronto Socorro. “Em praticamente todos a situação é de extrema gravidade”, relata Arlindo.

“Nas manifestações, mostramos a necessidade de termos condições de trabalho, EPI para todos: máscara, luvas, protetor facial, aventais impermeáveis etc”. O sindicalista acrescenta que os gestores precisam garantir testes em todos os profissionais e afastar os trabalhadores do grupo de risco: aqueles com mais de 60 anos e trabalhadores com doenças crônicas, segundo orientação do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde. “Poucos vinham cumprindo estas questões básicas e muitos ainda continuam resistentes”.

A enfermeira Cláudia Franco, que tem participado de diversas mesas de negociação com representantes das instituições hospitalares, considera que o crescente e assustador número de contaminados entre profissionais de Saúde é consequência do descaso. “Entramos com várias liminares solicitando o afastamento dos que são grupos de risco e por EPI adequados. Mas especialmente o GHC vem dificultando”.

DESFINANCIAMENTO – Ela ainda aponta que a crise sanitária acontece em um momento de desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A Emenda Cons-

titucional (EC) 95, aprovada em dezembro de 2016, congela gastos da União com despesas primárias de saúde por 20 anos (leia páginas 4,5,6 da entrevista desta edição). “Não há recursos suficientes para fazer frente ao necessitado. As empresas estão doando (equipamentos) para os serviços de saúde, mas sem certificado. Estão levando os trabalhadores para a morte”, aponta, ao acrescentar que 61% dos casos notificados com a doença, hoje, são de profissionais da Saúde.

Cláudio Augustin, presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES/RS), concorda que a pandemia desnudou as consequências financeiras negativas para o SUS. “É sabido que o congelamento de recursos traria prejuízos nefastos. Há uma ausência de investimentos para atender às necessidades”. Segundo ele, este é um momento fundamental para reforçar não só o SUS, mas todo o conceito de seguridade social (saúde, previdência e assistência). Ele denuncia que “há uma falta gritante de EPIs e não existe produção, não tem testagens nem hospitais com UTIs em quantidade suficiente para enfrentar a pandemia”.

Amarildo Cenci, presidente da CUT, ressalta que não considerar a exposição ao Covid-19 como acidente de trabalho “é um crime”. Ele afirma que “quem está arriscando a vida dos outros, relativizando o que está acontecendo, terá que ser responsabilizado”. Cenci anunciou que a entidade está elaborando um documento para denunciar os riscos a que estão expostos os trabalhadores, não só da Saúde, mas de outras áreas, como transporte e comércio. “Exigimos mais protoco-

lo por proteção. Estamos falando de preservar vidas”.

PRECARIEDADE – Com a falta de proteção adequada e os crescentes adoecimentos de trabalhadores, inclusive da rede privada, a tendência é um afastamento ainda maior de profissionais, avalia Arlindo Riter. No Rio Grande do Sul o número de trabalhadores contaminados já passa de 2 mil. “Como ainda não atingimos o pico da doença e como o setor Saúde é o que mais absorvia mão de obra, mesmo antes da pandemia, tememos pela falta de pessoal no mercado, isso para toda equipe multiprofissional”. Para garantir condições adequadas de trabalho, o Sindisaúde encaminha as denúncias ao Ministério Público do Trabalho. Já passaram de 800. Casos graves e coletivos são levados à Justiça do Trabalho.

MORTES ANUNCIADAS – O ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, hoje deputado federal (PT/SP), anunciou na live organizada pela CUT que o Brasil enfrenta um “risco real, sério e grave” de genocídio, pois não vê o governo federal disposto a se articular globalmente para enfrentar a pandemia. “Ao contrário, este é um governo que considera suportável morrerem 40 mil pessoas, 70% dos infectados”. Padilha, que é infectologista, alertou que o extremo sul do país ainda nem viveu o epicentro da crise, o que deve acontecer com a chegada do inverno. “Será o pior inverno da saúde pública no Brasil”. Conforme ele, a previsão mais otimista aponta que uma vacina para combater a Covid-19 só chegará em maio do ano que vem.

DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL OS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO CONTAM COM

ATENDIMENTO JURÍDICO ONLINE



AGENDAMENTOS 51 98060-3579



Arte⁺

Foto: Igor Sperotto



Profissionais da cultura em tempos de quarentena

por Matheus Chaparini

Entre as categorias mais afetadas pela pandemia, artistas, técnicos e outros profissionais buscam meios de sustento com o cancelamento dos espetáculos. Entre a pouca iniciativa do poder público e a dificuldade em construir alternativas descentralizadas, os profissionais buscam saídas emergenciais, com a certeza de que a arte será ainda mais necessária no cenário pós-Covid.

Elisandro Hauschild vive da música e nunca teve outra profissão. Dos 13 aos 28 anos, tocou em conjuntos de baile pelo interior do estado. Nos últimos anos, final-

mente conseguiu a estabilidade financeira, não sem muito trabalho.

"Eu vinha há seis anos com uma agenda muito boa, sempre lotada. Orgulhoso de estar vivendo do que eu escolhi, a música", conta o artista de Lajeado.

Hauschild atua simultaneamente em pelo menos cinco funções no mercado musical. Se apresenta em eventos particulares, compõe, por conta própria e por encomenda, como *luthier*, faz regulagem e manutenção de instrumentos de corda e, em um estúdio caseiro, grava artistas locais, produz *jingles* para empresas e campanhas políticas e dá aulas.

Com a quarentena, viu sua renda minguar. Shows foram todos cancelados, clientes adiaram a manutenção de instrumentos; empresas deixaram de encomendar *jingles* e até as eleições de outubro já parecem incertas.

Foi nas aulas de música que encontrou alternativa à crise. Passou a lecionar pela internet. As aulas ocorrem por vídeo, ao vivo ou gravadas, e o material de apoio é enviado em links e arquivos PDF.

Quando a quarentena acabar, ele tem um novo produto a oferecer. As videoaulas vão permanecer e já tem ao menos um aluno matriculado.

"Eu estava na melhor fase da minha vida profissional e foi interrompida. Estou conformado de que vou trabalhar no vermelho até tudo isso acabar. Vou levar este ano inteiro para tentar equilibrar de novo e, no ano que vem, retomar no ponto em que estava", projeta.

Para Hauschild, as pessoas não se dão conta de como a música faz parte do seu cotidiano. "Não existe um consultório médico, loja ou mercado que não tenha música, nem que seja na recepção. Não existe uma rádio, comercial ou novela sem música. Ela muda teu estado de espírito".

Libras e linhas

Os profissionais do entretenimento estiveram entre os primeiros a terem as atividades interrompidas pela pandemia e estarão entre os últimos a voltar. O Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (Sated) estima que a crise atinja cerca de 300 mil profissionais do setor no estado.

Com formação em Magistério e em Tradução e Interpretação de Libras, Simone Dornelles atua como contadora de histórias bilíngue – português e libras – e tradutora de espetáculos e exposições artísticas para a linguagem de sinais.

Além do cancelamento dos trabalhos com os quais contava, Simone pertence ao grupo de risco para o coronavírus. Com bronquite, adoeceu e foi diagnosticada com pneumonia viral, logo no início da pandemia.

“Foi desesperador estar doente, sentindo dores, e não ter perspectiva

de quando voltar ao trabalho artístico-cultural e não saber como pagar as contas. Aluguel, comida, medicação, e agora? Como irei me manter?”

Sem renda, solicitou o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal no dia 7 de abril. Passadas mais de duas semanas, o pedido seguia em análise, junto a outros milhões.

Após se curar da pneumonia, passou a costurar máscaras de pano, com sua máquina caseira. No entanto, vê dificuldade em concorrer com as empresas que possuem equipamento industrial, grande produção e conseguem preço mais baixo.

“Neste momento tão complicado para nós trabalhadores da área cultural, sentir na carne o quanto somos deixados de lado, o quanto somos invisíveis para o governo e boa parte da sociedade é triste e angustiante”, lamenta.

Estado acena com FAC de R\$ 3 milhões

No começo de abril, a Secretaria Estadual da Cultura anunciou um edital emergencial do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Com R\$ 3 milhões em recursos, a iniciativa vai contemplar projetos culturais digitais de até R\$ 1,5 mil.

Até o momento, a iniciativa ainda não saiu do papel. A Secretaria não apresentou uma projeção de quando será aberto o edital.

Município arrecada cestas básicas

Em Porto Alegre, a Prefeitura arrecada cestas básicas e encaminha a profissionais do setor afetados pela pandemia. O projeto é realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Assistência Social. As doações podem ser feitas no Museu Joaquim Felizardo, na rua João Alfredo, na Cidade Baixa.

A campanha surgiu de demandas das entidades representativas dos artistas e profissionais do setor, que fazem o acompanhamento e o cadastro daqueles que estão em situação vulnerável.

Em busca de saída

Para artistas com milhões de seguidores, patrocínio e grande estrutura, as transmissões ao vivo tornaram-se uma forma de manter a relevância, arrecadar doações e ganhar dinheiro em meio à quarentena. Grupos de comunicação também pegam carona na onda dos festivais *on-line*. Para profissionais de atuação local, as *lives* acabam sendo um trabalho sem retorno financeiro direto.

A ideia de um canal comum, onde os artistas se apresentem e compartilhem público e visibi-

lidade, é defendida pelo músico Diego Silva. Ele quer incluir bares e restaurantes, que podem vender por tele-entrega durante os espetáculos. A proposta do canal Virtual – reexistência cultural reuniu 80 interessados e mais de mil seguidores, mas ainda não decolou.

“Em vez de fazer *lives* cada um na sua bolha, a ideia é todos tentarem levar sua bolha para fortalecer um canal coletivo. Até porque a bolha se esgota rapidamente”, diz.

Sem esquecer da “graxa”

Além dos artistas, o cenário cultural gera trabalho a diversos outros profissionais necessários aos espetáculos. São técnicos, *roadies*, bilheteiros, seguranças, o “povo da graxa”, como são carinhosamente chamados.

A vaquinha virtual Faça o show continuar já arrecadou mais de R\$ 13 mil, que serão convertidos em cestas básicas para auxiliar os trabalhadores do entretenimento em Porto Alegre e região Metropolitana. O objetivo é alcançar R\$ 16 mil.

Artistas cobram soluções dos governos

A Rede de Artistas de Teatro de Porto Alegre – MOVE, que reúne cerca de 300 artistas, se mobilizou para cobrar medidas emergenciais dos governos. “Da mesma forma que o setor do comércio sofre duros golpes em seus rendimentos, o setor cultural passa por dificuldades”, defendem no texto.

A carta assinada pelo coletivo traz sugestões de onde poderia vir o auxílio. À Prefeitura, os artistas sugerem a utilização do Funcultura e do Funproarte. Cada fundo recebe anualmente 3% do valor repassado à capital pelo Fundo de

Participação dos Municípios. De acordo com a carta, só em 2020, o valor recebido pelos dois fundos é de R\$ 3,5 milhões.

Ao Estado, apontam os recursos do Fundo de Apoio à Cultura, um total de R\$ 10 milhões e sugerem um socorro de três meses de um salário mínimo à pessoa física e quatro salários a espaços culturais.

O documento foi encaminhado ao governador, Eduardo Leite, secretária estadual de Cultura, Beatriz Araújo, prefeito da capital, Nelson Marchezan Júnior e secretário de Cultura, Luciano Alabarse.



Com esse distanciamento,
a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS SAÚDE SERVIÇOS NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



FRAGA

Wuhan é aqui

Os vírus estão no mundo, só que a gente precisa aprender: embora o medo e o preconceito digam o contrário, vírus não têm nacionalidade. E apesar do Trump e tantos idiotas afirmarem, o coronavírus não é chinês. Assim como não há vírus africano, europeu ou sul-americano. Tirando o nosso conhecido bozonavírus, nem mesmo vírus brasileiro existe.

O que se sabe é que, além do organismo humano, o lugar onde os vírus mais gostam de se instalar pra sobreviver é em bicho. Num convívio tranquilo, os vírus preferem os animais silvestres, mas animais domésticos são hospedeiros convidativos.

Já o ser humano, que é o pior vírus do planeta, adora comer bicho. Como carnívoros, somos o predador de todas as espécies, inclusive de outros predadores. Além da carne, a gente adora inventar refeições às custas das partes deles. E quando a gente come tudo que tem nos bichos, tem a chance da gente engolir vírus junto.

Enquanto o ser humano se divide em cabeça, tronco e membros, os animais que vão pra panela ou pra grelha são esvaçados numa mixórdia: cabeça e orelhas, pés e patas e joelhos, rabo, miolos, coração, fígado, bucho, rins, moela, língua, bagos, tripas e sangue.

Primeiro a gente abate, de preferência com crueldade. Depois a gente carneia a torto e a direito, a seguir mistura tudo numa gororoba só. Aí a gente inventa um nome típico, e no fim a gente folcloriza como comida regional. Mas a gente nunca diz que nossa comida é exótica. Exótico são os outros.

E enquanto a gente estranha o que os outros povos saboreiam – de insetos a cobras e lagartos, de macacos a morcegos, de cachorro a cavalo, de camelo a canguru, de baiacu a escargôs – a gente lambe os



beijos com miudezas de arrepiar: feijoada, sarapatel, dobradinha, mocotó, mondongo, rabada, buchada de bode, morcilha, charque.

Sem falar nos comensais menos abastados, cuja dieta inclui, nos seus melhores dias, o calango e até o rato urbano. Se o homem é o que come, tem muita gente sem identidade no Brasil.

Dos cardápios ancestrais, desde as sobras das carnificinas animais até os costumes tribais canibalescos, a gente herdou dos antepassados um apetite insaciável: vai além do que abatedouros mal fiscalizados e açougues imundos oferecem – ele quer o exotismo. Busca o perigo na comilança, o risco no prato.

É essa voracidade animal que nos anima nos fogões, restaurantes, mercados, food trucks e ambulantes. Ela nos impele ao imprevisível e inesperado encontro com os vírus que habitam nosso banquete de cada dia. O vírus está em nosso menu e nós no dele. Não é só peixe que morre pela boca.



Pode ser um aplauso,
um olho que brilha,
um sorriso,
alguém que canta junto
ou que pede a palavra.
Isso nos recompensa,
todos os dias,
há 15 anos.

Obrigado artistas, público, professores e professoras.

ECARTA
FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL



VERISSIMO

Surrealismo

"O mesmo governo que quase entregou a gerência da cultura brasileira ao filofascismo escolheu para ministro da Educação alguém sem nenhuma intimidade com a ortografia"

Roberto Alvim foi o escolhido por Bolsonaro & Filhos para ser ministro da Cultura. Não teve tempo de mostrar o que faria na pasta porque não sobreviveu à sua primeira apresentação como ministro, quando leu um texto inspirado parcialmente em Goebbels, o homem da Cultura do Reich nazista, com música de fundo de Richard Wagner, o compositor favorito de Hitler. A reação foi grande, e Alvim caiu no dia seguinte, para ser substituído dias depois pela Regina Duarte, que, supostamente, nunca leu Goebbels e prefere Wagner Tiso. Como tudo se resolveu rapidamente, não deu para meditar sobre a nomeação de Alvim e sua passagem fulminante pelo ministério, e principalmente seu significado como prenúncio do que viria a ser uma característica do governo que se iniciava, o surrealismo.

O mesmo governo que quase entregou a gerência da cultura brasileira ao filofascismo

escolheu para ministro da Educação alguém sem nenhuma intimidade com a ortografia - um exemplo, entre muitos, do surrealismo que nos dominaria. A incrível guerra de egos que acabou com a troca do ministro da Saúde quando a situação mais precisava de união e continuidade ultrapassou o surrealismo e invadiu a área da demência. O presidente discursou numa manifestação que pedia a volta do AI-5, e portanto a queda do seu próprio governo, ou sua transformação numa paródia de governo com ele na frente, e discursou a favor do autogolpe. Ele declarou, para outra das aglomerações que o seguem por toda parte, espalhando coronavírus: "A Constituição sou eu". Luís XIV tinha dito que o Estado era ele, Bolsonaro foi mais modesto. Um dos recursos do surrealismo é o da alteração da natureza das coisas. Relógios se derretendo como picolés etc. No surrealismo



brasileiro, não surpreende que documentos se transformem em gente, e gente se transforme em antigos reis da França.

Existe coisa mais surrealista do que o palácio do Planalto, de onde um ex-capitão cercado por generais de fatiota comanda o país, desdizendo-se cada vez que um pronunciamento "pega mal"? Roberto Alvim assumindo a Cultura ao som de Richard Wagner até que tinha a sua lógica.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





Quem sempre colocou a educação em primeiro lugar, também merece um tempo para priorizar a vida.

A decisão sobre o retorno às aulas presenciais deve ser pautada pela cautela. Apressar a volta das atividades nas instituições de ensino pode colocar em risco a vida de alunos, professores e funcionários.

Também estamos ansiosos para reencontrar os alunos, mas só podemos fazer isso com segurança.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão